

Leis



LEI Nº 123/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015

“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Pilão Arcado - BA, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PILÃO ARCADO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME.

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Praça Franklin Lins, S/N - Centro - Pilão Arcado – BA
C.N.P.J. 13.692.033/0001-91 – CEP - 47.240-000 - Fone/Fax.: (0xx74) 3534-2141
E-mail: prefeituradepilaoarcado@yahoo.com.br



Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Pilão Arcado - Ba e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal de Educação

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

Praça Franklin Lins, S/N - Centro - Pilão Arcado – BA
C.N.P.J. 13.692.033/0001-91 – CEP - 47.240-000 - Fone/Fax.: (0xx74) 3534-2141
E-mail: prefeituradepilaoarcado@yahoo.com.br



§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 10 Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 11 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Pilão Arcado - BA, 30 de junho de 2015.

João Ubiratan Queiroz Lima

Prefeito Municipal

Praça Franklin Lins, S/N - Centro - Pilão Arcado - BA
C.N.P.J. 13.692.033/0001-91 - CEP - 47.240-000 - Fone/Fax.: (0xx74) 3534-2141
E-mail: prefeituradepilaoarcado@yahoo.com.br



ATO DE SANÇÃO DA LEI Nº. 123/2015.

O **Prefeito Municipal de Pilão Arcado/BA**, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no artigo 38 da Lei Orgânica Municipal, pois em considerando interesse público o regular procedimento Legislativo para exame da Lei nº. **123/2015**, que *“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Pilão Arcado/BA, em consonância com a Lei nº. 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”*. Aprovada nos dias 29 e 30 de junho de 2015, em Sessão Extraordinária, **Resolve** através deste ato, **SANCIONAR** a Lei nº. **123/2015**, devendo a referida ser publicada nos termos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pilão Arcado/BA, em 30 de junho de 2015

João Ubiratan Queiroz Lima
Prefeito Municipal

Praça Franklin Lins, S/N - Centro - Pilão Arcado – BA
C.N.P.J. 13.692.033/0001-91 – CEP - 47.240-000 - Fone/Fax.: (0xx74) 3534-2141
E-mail: prefeituradepilaoarcado@yahoo.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: KQPYIH2G7G36A/DHBQY9JA

Esta edição encontra-se no site: www.pilaoarcado.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÃO ARCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2025

PILÃO ARCADO

2015

PREFEITO (A)

JOAO UBIRATAN QUEIROZ LIMA

VICE-PREFEITO (A)

EDNÁLIA BORGES DE SANTANA ANTUNES

SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GISLENE RIBEIRO VIANA DE SOUZA

GRUPO COLABORATIVO

Gislene Ribeiro Viana- Secretária Municipal de Educação.

Inácia Viana de Souza- Representante do Conselho Municipal de Educação.

Edilza Gomes Ferreira- Representante de Diretor de Escola da Rede Pública.

Maria Selma dos Santos Franca – Representante de Professor da Educação.

Marinete Rodrigues Teixeira – Representante do Sindicato dos Professores.

Overleide Passos Costa – Representante do FUNDEB.

Tony Roberto Bastos dos Santos – Técnico da Secretaria de Educação.

Jercilene Atanzio Gama – Técnica da Secretaria de Educação.

Tanhe Cristine Ribeiro da Rocha Gomes- Técnica da Secretaria de Educação.

Admário do Nascimento - Técnico da Secretaria de Educação.

COMISSÕES REPRESENTATIVAS

Comissão Representativa da Educação Infantil

Antonia Núbia Nonato Evangelista

Comissão Representativa do Ensino Fundamental

Risomar Ferreira Barrence

Comissão Representativa do Ensino Médio

Joveci Alves Nascimento

Comissão Representativa da Educação Especial

Andreza dos Santos Pequi

Comissão Representativa da Política da Alfabetização

Mércia Conceição Moreira Borges

Comissão Representativa da Educação em Tempo Integral

Lucy Lêne Fônseca Borges

Comissão Representativa da Educação Básica

Marcos Cleiton da Rocha

Comissão Representativa da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Inácia Viana de Souza

Comissão Representativa Educação Profissional de Nível Médio

Ademilson Campos de Araújo

Comissão Representativa da Educação Superior

César Ramos Bastos de Oliveira

Comissão Representativa dos Profissionais da Educação

Tony Roberto Bastos dos Santos

Comissão Representativa dos Recursos Financeiro para a Educação do Município

Admário do Nascimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Foto do Município de Pilão Arcado.....	11
Figura 02 – Mapa do Município de Pilão Arcado.....	20
Figura 03 - Percentual de professor da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.....	104
Figura 04 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município de Pilão Arcado.....	21
Tabela 02. Informações sobre o Município de Pilão Arcado.....	21
Tabela 03. Estabelecimento de saúde por tipo e localização.....	22
Tabela 04. Dados Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município de Pilão Arcado.....	23
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991,2000 e 2010 do Município de Pilão Arcado.....	24
Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no Município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013.....	27
Tabela 07. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente....	27
Tabela 08. Taxa de escolarização ¹ da Educação Infantil do Município de Pilão Arcado (2013).....	28
Tabela 09. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Pilão Arcado, por localização (2013).....	29
Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental do Município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização (2010/2015).....	33
Tabela 11. Nível Educacional da população de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010..	34
Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Pilão Arcado, por idade serie ² , Rede Municipal, (2015).....	34
Tabela 13. Taxas de Rendimentos – Rede Estadual.....	36
Tabela 14. Taxas de Rendimentos – Rede Municipal.....	37
Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização 2011/2015.....	44
Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio – Rede Municipal/Rede Estadual.....	46
Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2009.....	47
Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município Pilão Arcado em 2013.....	51
Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013.....	59

Tabela 20. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no Município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização 2011/2015.....	63
Tabela 21. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010.....	64
Tabela 22. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010.....	65
Tabela 23. Funções Docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal.....	68
Tabela 24. Números de Professores e Coordenadores da Rede Municipal, Estadual e Particular em 2015.....	69
Tabela 25. Profissionais em Educação, por Nível de Escolaridade na Rede Municipal em 2015.....	70
Tabela 26. Profissionais em Educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2015.....	71
Tabela 27. Números de Escolas por Etapas de Ensino – Rede Estadual.....	76
Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal.....	76
Tabela 29. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do Município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	77
Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Pilão Arcado, administradas pela prefeitura (2010/2014).....	78
Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Pilão Arcado, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).....	80
Tabela 32. Despesas com Educação do Município de Pilão Arcado por categoria e elemento de despesas (2010/2014).....	81
Tabela 33. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Pilão Arcado em (2010/2014).....	82
Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$).....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAQI – Custo Aluno Qualidade Inicial

CAQ – Custo Aluno Qualidade

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orgânica do Município

PAR - Plano de Ações Articuladas

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESI – Serviço Social da Indústria

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

LOA – Lei Orgânica do Município

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PPA – Plano Plurianual

SME- Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	18
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	18
2.1.1	Caracterização do Município.....	18
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	<i>18</i>
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	<i>19</i>
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	<i>21</i>
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	<i>23</i>
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	<i>24</i>
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	<i>24</i>
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	25
2.2.1	Educação Básica	25
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	<i>26</i>
2.2.1.2	<i>Educação Infantil.....</i>	<i>26</i>
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental.....</i>	<i>31</i>
2.2.1.4	<i>Ensino Médio.....</i>	<i>44</i>
2.2.2	Educação superior.....	48
2.2.2.1	<i>Ensino Superior.....</i>	<i>48</i>
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	49
2.3.1	Educação Especial.....	49
2.3.2	Política de Alfabetização	52
2.3.3	Educação em Tempo Integral.....	57
2.3.4	Qualidade da Educação Básica.....	58
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	61
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio.....	66

2.4	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	67
2.5	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	72
2.6	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.	78
2.6.1	Investimento Público em Educação.....	78
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	83
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	84
4	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	110
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

Fi8ura 01 – Foto do Município de Pilão Arcado



Fonte Map.data-2015 Goo8le

1. INTRODUÇÃO

Por volta de 1932, um grupo de homens e mulheres da elite intelectual, além de renomados educadores, lançou o “Manifesto dos Pioneiros”, no qual destacaram a necessidade central de se elaborar um plano amplo e contextualizado visando promover e desenvolver a educação no País. Esse movimento tomou ampla dimensão e repercussão tão forte que, dois anos depois, quando da elaboração da Constituição de 1934, o art. 150 explicitava como uma das competências da União “Elaborar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” (Didonet, 2000, p.18).

As Constituições posteriores (1946, 1967, 1969 – Emenda Constitucional) mantiveram a necessidade do País ter um Plano de Educação, exceto a Constituição de 1937, que omitiu esse tema. No entanto, somente em 1962 foi elaborado um primeiro Plano Nacional de Educação - PNE, sob a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (Didonet, 2000, p.18).

Em 1965, o PNE sofreu uma primeira revisão, quando foram introduzidas algumas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se denominou de Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de cursos orientados para o mercado de trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

A ideia de uma lei propriamente dita ressurgiu em 1967, novamente proposta pelo Ministério da Educação e Cultura e discutida em quatro encontros nacionais de Planejamento, sem que a iniciativa chegasse a termos concretos.

No bojo da emergência do processo de redemocratização do país, surgiram vários movimentos sociais em defesa do direito à educação, reivindicando inclusive, a ação planejada do poder público. Todo esse processo político desabou na Constituição de 1988. Por esse motivo, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, a Constituição Federal de 1988, retomou a ideia de um plano nacional de

longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação. O art. 214 da CF contempla esta obrigatoriedade.

“A lei estabelecerá que o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público a condizam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humana, científica e tecnológica do país.”

Nos anos seguintes, iniciam-se as discussões sobre as normas diretrizes e bases da educação nacional que decidiram cerca de oito anos, culminando na Lei nº 9.394/96).

Por outro lado, no mês de março de 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, promovida pela Unesco, com uma grande quantidade de entidades internacionais participando do evento, que tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação obrigatória (Didonet, 2000, p. 19).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem foram aprovados e constituem documentos de compromissos dos países signatários, entre eles o Brasil (Didonet, 2000, p.19).

Ainda na década de 90, precisamente nos anos de 1993 e 1994, o Ministério da Educação, em parceria com o Unicef e a Unesco, coordenou o movimento conjunto para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. Alguns processos, denominados ascendentes, geraram planos municipais, estaduais e, finalmente, o plano nacional.

A Lei nº 9.394, de 1996, que “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, determina nos arts. 9º e 87, respectivamente, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei,

com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A LDB explicita então:

“Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se : m ano a partir da publicação desta Lei”.

§1º A União, no prazo de : m ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

Em 10 de fevereiro de 1998, o deputado Ilean Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155/98 que “apresenta o Plano Nacional de Educação. A construção desse plano atende aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – desde sua participação nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, consolidando os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação – Coned e sistematizando as contribuições adquiridas de diferentes segmentos da sociedade civil. Na justificativa, destaca o autor, a importância desse documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária” (Didonet, 2000, p. 33).

Um segundo projeto de lei, encaminhado pelo Poder Executivo e elaborado pelo Ministério da Educação após consultaria a várias entidades educacionais e realização de seminários regionais de estudos para coleta de sugestões, foi protocolado na Câmara dos Deputados, sob o nº 4.173/98.

Em 13 de março de 1998, o PL nº 4.173 foi anexado ao de nº 4.155, que tinha precedência por ter sido protocolado antes. No processo único, foram distribuídos às comissões da Câmara dos Deputados para estudos e tramitação legislativa.

No final dos estudos e debates, o relator do Projeto de Lei optou em apresentar : m substitutivo, em setembro de 1999, que foi entregue aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para análise. Como resultado do recebimento de sugestões, uma nova versão foi apresentada à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 09 de novembro de 1999, e aprovada no dia 30

do mesmo mês. Em abril de 2000, foi aprovado requerimento de referência ao Projeto do PNE, conduzindo-o ao plenário da Câmara dos Deputados, deixando de tramitar nas duas comissões restantes (de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação).

O Parecer dos relatores dessas comissões seria dado em plenário. Em 23 de maio, a Sessão Plenária foi transformada em Comissão Geral com a finalidade de realizar o amplo debate do Projeto, com especialistas e dirigentes de entidades da educação.

Finalmente, o relatório da Comissão de Educação e Desporto ao PL nº 4.155 foi aprovado, com todas as emendas incorporadas ao texto, e encaminhado ao Senado para aprovação na íntegra o Projeto de Lei que institui o PNE e seu anexo. Esta, assim aprovado o Plano Nacional de Educação.

Em janeiro de 2001, o Presidente da República sancionou a lei que institui o Plano Nacional de Educação, com metas e metas, que ainda não foram submetidas à votação do Congresso Nacional.

Ressalta-se que a maioria dos metas recaem sobre os recursos financeiros e três deles referem-se especialmente ao capítulo do financiamento da educação.

Os metas implicaram no comprometimento da viabilização das metas e diretrizes explicitadas no plano, pois não se tem um indicador de prioridade conferida à educação; não permite comparações internacionais, isso no caso do “percentual de gastos públicos com educação em relação ao PIB”; não permitiu as três esferas governamentais a definição de parâmetros acerca do valor correspondente ao padrão mínimo de qualidade, no caso de “orientar os orçamentos nas três esferas, de modo a cumprir as indicações e subindicações constitucionais”, entre outras restrições.

É importante ressaltar que o PME constitui uma peça de planejamento prevista na constituição, tanto quanto o Plano Plurianual – PPA. Entretanto, a compatibilização deve ser feita com a previsão do PME, uma vez que o prazo de vigência é maior. Em âmbito nacional a própria Lei nº 10.172/01 prevê que os PPAs dêem suporte às metas do PNE.

1.2 - Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com continuidade, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais.

Com vigência de dez anos, o PNE apresenta: um diagnóstico e estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação.

Essa abordagem está direcionada para os seguintes temas: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos; Educação à Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Especial; Educação Indígena; Magistério da Educação Básica; Financiamento e Gestão.

Embora esteja definido em relação ao acompanhamento e à avaliação do PNE que, “será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos Planos Estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos Planos Municipais, também coerentes com o Plano do respectivo Estado. Os três documentos deverão compor um conjunto integrado e articulado. Integrados principalmente quanto aos objetivos, às prioridades, diretrizes e metas estabelecidas. E também articulados nas ações, de forma que, na soma dos esforços das três esferas, de todos os Estados, Municípios, o Distrito Federal e mais a União, chegue-se às metas aqui estabelecidas” (PNE, item 6: Acompanhamento e Avaliação).

O art. 2º da Lei nº 10.172/2001 determina que todos os entes federados elaborem seus planos decenais a partir da vigência da lei, editando que os municípios a partir de então eternamente a iniciativa da esfera estadual para iniciar o processo de elaboração dos seus planos. Não obstante, é bom ressaltar que, “a implantação e o desenvolvimento desse conjunto precisam de uma coordenação em âmbito nacional, de uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e de uma coordenação na área de cada Município, exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação”.

Nesse contexto tem-se também a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que em seu Art. 8º determina aos entes federativos a criação dos respectivos planos Municipais: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.”

2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

O presente documento irá assegurar o direito à melhoria da qualidade da educação no município, proporcionando o planejamento adequado à nossa realidade e consequentemente melhores investimentos, visando o melhor desempenho no processo educacional de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nesse sentido, o Plano Municipal da Educação – PME foi iniciado com a divisão de trabalhos por temáticas, representados pelos departamentos da sociedade.

Para isso, foram realizadas reuniões de trabalho expositivo e discussões referentes às modalidades de ensino. Nessa perspectiva foram criados trabalhos de estudo para levantamento de dados, a fim de analisarmos e retirarmos a situação educacional do município.

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Entendemos que é para discutir sobre o município se faz necessário conhecermos a fundo a situação, levando em consideração os aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos, culturais e infraestrutura material, pois estes são indispensáveis quando se pensa em qualidade de educação.

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1.1.1 Aspectos Históricos

A região foi habitada, primitivamente, pelos índios mocóases e acoroases. São os primeiros povoadores civilizados foram elementos das famílias Góes e Bernardo, portadores de linhagem nobre. Em 1771, elevou-se a capela existente a freguesia, com o nome de Santo Antônio do Pilão Arcado. Dos fins do Século XVIII até o ano de 1808, houve lutas entre as famílias Góes e Militão Plácido,

conse8: indo an: lar o predomínio dos primeiros. Simpli7co: -se a denominação do M: nicípio para Pilão Arcado, em 1810.

O topônimo está li8ado à lenda de q: e pescadores encontraram à mar8em do Rio São Francisco, onde o mesmo descre; e c: r; a em 7orma de arco, : m pilão : tilizado para moer o sal com q: e sal8a; am o peixe.

Pela Lei Estad: al nº 3.347, de 23 de dezembro de 1974, trans7eri: -se a Sede M: nicipal para local distante, 7 km da Cidade Velha, q: e 7oi, em s: a maior parte in: ndada pelas á8: as da Barra8em do Sobradinho, no Rio São Francisco. A no; a Cidade 7oi planejada e constr: ída pelo Go; erno Federal.

Os nati; os de Pilão Arcado são chamados de pilão-arcadenses.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Pilão Arcado por carta ré8ia de 18-01-1771 e lei pro; incial nº 2696, de 23-07-1889.

Ele; ado à cate8oria de ; ila com a denominação de Pilão Arcado, por al; ará de 15-01-1810, pela lei pro; incial nº 650, de 14-12-1857, a ; ila de Pilão Arcado, 7oi extinto, sendo se: território anexado ao m: nicípio de Remanso.

Ele; ado no; amente à cate8oria de ; ila com a denominação de Pilão Arcado, por ato de 31/10/1890, desmembrada de Remanso. Sede no anti8o distrito de Pilão Arcado. Constit: ído do distrito sede. Reinstalada em 30/12/1890.

Pelo decreto estad: al de 26-10-1890, 7oram criados os distritos de Brejo da Serra, Salinas de Santo Antônio e Santa Teresa e anexados ao m: nicípio de Pilão Arcado.

Em di; isão administrati; a re7erente ao ano de 1911, o m: nicípio é constit: ído de 4 distritos: Pilão Arcado, Brejo da Serra, Salinas de Santo Antônio e Santa Teresa. Em di; isão administrati; a re7erente ao ano de 1933, o m: nicípio é constit: ído de 3 distritos: Pilão Arcado, Brejo da Serra e Salinas de Santo Antônio. Não 78: rando o distrito de Santa Teresa.

Assim permanecendo em di; isões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto estad: al nº 11089, de 30-11-1938, o distrito de Salinas de Santo Antônio passo: a denominar-se Saldanha. No q: adro 7xado para ; i8orar no período

de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Pilão Arcado, Brejo da Serra e Saldanha (ex-Salinas de Santo Antônio).

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Pela lei estadual nº 628, de 30-12-1953, é criado o distrito de Baluarte (ex-Povoado) e anexado ao município de Pilão Arcado. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Pilão Arcado, Baluarte, Brejo da Serra e Saldanha. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

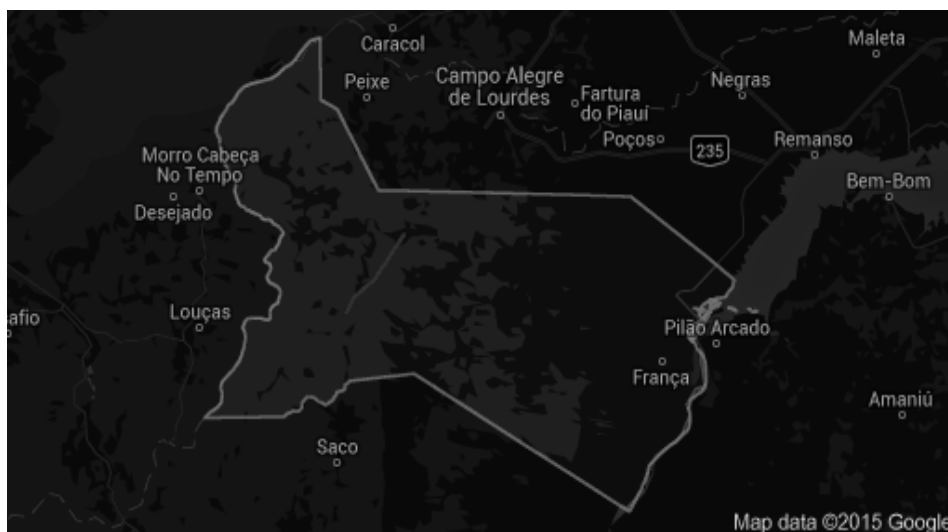
2.1.1.2 Aspectos Geográficos

Pilão Arcado é um município brasileiro do estado da Bahia. Localiza-se a uma latitude de 10° 00' 11" S e a uma longitude de 42° 30' 16" W, estando a uma altitude de 394 metros. Fica aproximadamente 800 km da capital.

A extensão territorial do município é de 11.731,504 km², com densidade demográfica de 2,80 hab/km², denotando baixa densidade demográfica. A população total é de 32.860.

O município está localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, pertencendo ao Vale São-Franciscano da Bahia, na área da Barra do Lago de Sobradinho, no Norte baiano. O solo é fértil, exceto as áreas chamadas de brejos, onde predomina o solo excessivamente arenoso, possui o bioma cerrado-caatinga. Limita-se ao Norte com os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Remanso e o Estado do Piauí; ao Sul, com Xique-Xique, Barra e Britirama; ao Leste, com Santo Antônio; ao Oeste, com o Estado do Piauí.

Figura 02. Mapa do Município de Pilão Arcado



Fonte: Map.data-2015 Google

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

O município comporta uma população de 32.860 habitantes em 2010, a população de Pilão Arcado está predominantemente distribuída na zona rural, de acordo com a extensa área territorial 11.747,25 km². A taxa de crescimento médio de 2000 a 2010 foi de 5,33 %, com concentração de 66,44 % na zona rural e 33,44 % na zona urbana.

Tabela 01. População do Município de Pilão Arcado

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	31.107	15.718	15.390	7.865	23.242
2010	32.860	16.683	16.177	11.027	21.833

Fonte: IBGE (2010). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010> > Acesso em: 30 de maio 2015.

Segundo dados, em análise dos anos de 2000 para 2010, houve uma diminuição desta zona (rural), consequentemente pela migração para zona urbana.

Esse movimento tem ocorrido devido aos fatores de estiagem e Secas cada vez mais frequentes, também em razão da grande extensão territorial do município, das dificuldades de acesso a serviços, especialmente os de Educação e Saúde. Existem ainda diversas comunidades quilombolas no município, localizadas na beira do Lago de Sobradinho, sendo denominadas de Silveira e Alto do Silveira, respectivamente.

Tabela 02. Informações sobre o Município

População (1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	849	343	1.821	573	1.139	1.077	2.063	7.865
	2007	796	407	2.022	669	1.540	1.482	2.871	9.787
	2010	846	423	2.261	739	1.509	1.783	3.466	11.027

R: ral	2000	2.130	1.303	5.654	2.006	2.934	2.373	6.447	22.847
	2007	1.817	1.020	5.065	1.742	3.183	2.971	7.135	22.933
	2010	1.595	861	4.492	1.546	2.847	3.041	7.440	21.822
Total	2000	2.979	1.646	7.475	2.579	4.073	3.450	8.510	30.712
	2007	2.613	1.427	7.087	2.411	4.723	4.453	10.006	32.720
	2010	2.441	1.284	6.753	2.285	4.356	4.824	10.906	32.849
PIB (2)	IDH (3)		IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)				
89.132	0,55		0,35		Pop: lação de 10 a 15 anos		Pop: lação de 15 anos o: mais		
					33.10		40.50		

Fonte: Disponí; el em: <<http://portal.mec.br/ide/2000,2007,2010/8erarTabela.php>>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

Obser; a-se : ma grande demanda considerá; el de crianças de 0 a 3 anos fora da escola. Nota-se : m crescimento m: ito grande da pop: lação de 35 anos o: mais, sendo q grande parte dessa faixa etária não req: enta o: n: nca req: ento: a escola conforme o índice de analfabetismo.

Apesar da demanda reprimida da educação infantil, a população tem diminuído nos últimos anos. O atendimento ao ensino fundamental está melhorando significativamente aproximando da escolarização.

A população mais jovem de 0 a 24 anos ; em diminuindo por conta do controle familiar, enquanto a população de 35 anos o: mais aumentou ; tal; ez pelo aumento da longevidade.

Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana		02	01	--	--	01	
R: ral		03	--	--	--	--	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2015).

De acordo com os dados da tabela, o município apresenta : uma quantidade insuficiente para atender a demanda do município, pelo fato do mesmo ser extenso e a maior parte da população está concentrada na zona rural.

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

A população dedica-se mais à atividade da pecuária, como a caprinocultura; inclusive, a piscicultura, a apicultura, a avicultura; entre outras. A agricultura está mais presente ao longo da margem do Rio São Francisco, sendo irrigada. A atividade na agricultura na área de seqüência é incipiente.

A maior geração de emprego se concentra no Poder Público Municipal. Existe também : uma parcela de habitantes beneficiários dos programas sociais, tendo, atualmente, 8.539 famílias cadastradas.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,172	0,304	0,506
Renda <i>per capita</i>	55,53	90,26	195,98
Proporção de pobres	93,12	75,42	55,56
Proporção de extremamente pobres	76,96	57,98	40,90
Índice de Gini ¹	0,45	0,64	0,60

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

O IDH Municipal e, inclusive, bem nos últimos 19 anos, juntamente com a renda per capita, sendo que os percentuais de pobreza diminuíram bastante, juntamente com os extremamente pobres. Apesar de ser : uma diminuição tímida, percebe-se que as desigualdades sociais reduziram em 0,04. Esse fato deve-se à taxa e ao aumento do piso salarial nacional para o magistério, pois os melhores salários se concentram nessa população e ao aumento de pessoas

beneficiárias dos programas sociais, bem como o número de funcionários e etc; os do município.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010 do município de Pilão Arcado

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,172	0,304	0,506
Educação	0,031	0,119	0,343
Longevidade	0,503	0,607	0,737
Renda	0,311	0,389	0,514

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> >. Acesso em: 30 de maio de 2015.

Levando em consideração os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); analisados dentre os anos de 1991 a 2010, o município apresenta crescimento nos indicadores, mostrando pequeno avanço. Mesmo caminhando para o bom índice satisfatório, o município se encontra abaixo da média esperada estando em nível de 0,506, portando o índice de educação foi o que mais evoluiu, saindo de 0,031 para 0,343, com crescimento de mais de 1000% nos últimos 19 anos.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

Existem as tradições culturais mantidas ao longo do tempo, como Reisado, a Festa anual do padroeiro local: Santo Antônio, São Gonçalo, Festa do Divino, Penitentes que se disciplinam (mantêm-se com naipes amarradas em cordões) durante o período da Quaresma e Semana Santa, Poetas, Bordadeiras, Artesanato com utilização de barro (argila); confecção de tapassos, esteiras e redes com caracá; produção artesanal de rapadura e cachaça, incluindo e vendendo plantas alternativas como o Bêrberi.

2.1.1.6 Infraestrutura Material

A cidade dispõe de diversos equipamentos públicos, como: Fórum, Prédio da Prefeitura, Mercado Municipal, prédios próprios das Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, praças projetadas para atividades de lazer, Palco de Eventos Públicos, Praça de Alimentação, Hospital, Quadras poliesportivas, três clubes sociais, Correios e Câmara Municipal, diversas instituições bancárias. Serviços: mercados locais, Clínicas particulares e Laboratórios de análises clínicas.

Com sua extensão territorial grande e baixa densidade demográfica, carente de indústrias e empresas que gerem arrecadação para o município, Pilão Arcado enfrenta o desafio de crescer social e economicamente, tendo como ponto forte para essa transformação a educação.

As tradições culturais são fortes e preservadas entre as gerações. Com sua população predominantemente rural, incluída de difícil acesso a algumas localidades, conta com o manancial de água doce do Lago de Sobradinho, potencializando a agricultura irrigada que se desenvolve, ainda, lentamente.

Os investimentos públicos são destinados à população, especialmente à parcela mais pobre.

A cidade conta com sua infraestrutura planejada pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco – CHESF, que, com a construção do Lago de Sobradinho, oferece o melhor aspecto ambiental à cidade e facilidade de locomoção aos seus habitantes.

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

2.2.1 Educação Básica

O Município de Pilão Arcado norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, bem como o Plano Nacional de Educação, nº 13.005/2014 ; em elaborar o Plano Municipal de Educação – PME a fim de proporcionar aos pilãoarcadenses a melhor educação. Para tanto, faz-se necessário pensar em políticas públicas para a educação de qualidade.

Diante dos diagnósticos de cada modalidade e temáticas percebe-se as inúmeras carências a qual se encontra o município, carência essas que vão desde a falta de infraestrutura, espaços ampliados para atender a demanda

populacional, falta de metodologias inovadoras, formação continuada, e, assim, implementação de conselhos consistentes, Projeto Político Pedagógico, assim como a Proposta Pedagógica. Dentre elas também a inexistência de um sistema que ofereça o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos educandos e a política democrática para a escolha de gestores escolares.

Pensando na zona rural a qual se encontra uma grande demanda de jovens e adultos, sendo esta população carente economicamente, o município precisa voltar-se: olhar para essa faixa etária, tentando eficientemente ofertar uma educação que atenda à necessidade pedagógica e de assistência.

Assim sendo, a elaboração deste plano irá possibilitar um direcionamento das ações e aumentar os esforços para melhorar a qualidade do ensino na rede pública municipal.

2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

2.2.1.2 Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, nela se inicia todo o processo educacional escolar que determinará, posteriormente, o desenvolvimento futuro do aluno. Apesar de ser uma etapa da educação que sempre se pauta pelo assistencialismo, inclusive ainda na atualidade, é a etapa que deverá tratar a criança respeitando sua infância em um processo educacional que considere o lúdico como atividade motiadora para a apreensão de conceitos de consciência, atividade motora, desenvolvimento dos aspectos sociais, afetivos e da convivência.

A infância nas creches e pré-escolas não pode mais ser tratada como na época do surgimento da industrialização com a inserção da mulher-mãe no mercado de trabalho. A trajetória da infância no Brasil sempre foi marcada por mudanças que não atendiam à atividade da educação escolar. Se hoje é um tempo em que as creches eram para as mães mais carentes, hoje é uma realidade presente, especialmente nos grandes centros urbanos.

Em Pilão Arcado a educação infantil, conforme artigo 11, inciso V da Lei 9.394/96, é de responsabilidade dos municípios escolas particulares. O Estado responsabiliza-se mais pelo ensino médio.

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no Município Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	280	775	-	-	340	-	1.395
2011	302	816	-	-	344	-	1.452
2012	327	873	-	-	340	-	1.540
2013	387	826	-	-	364	-	1.577
2014	404	885	-	-	368	-	1.657

Fontes: IBGE (2010) E MEC/Inep (2010), para os dados de matrícula; Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Na tabela acima pode-se perceber que a matrícula para essa clientela tem crescido nos últimos quatro anos, especialmente na zona urbana, com uma taxa de 44,28%, enquanto na zona rural a taxa aumentou em 14,19%.

Apesar da taxa de natalidade ter caído, de acordo a tabela 2, discriminada na ASM, a oferta tem crescido em função da demanda reprimida para essa faixa etária.

O Governo Municipal tem ampliado o atendimento na perspectiva de atender à Lei nº 12.796/2013, ofertando mais vagas para as crianças de 4 a 5 anos com a finalidade de normalizar o atendimento até 2016.

Tabela 7. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente

Nascidos Vivos – Bahia	
Município Residente	Período

2012	2013	2014
565	547	547

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2015.

Se a taxa de nascidos vivos se manteve com pequena queda de 3,18% entre os anos 2012 e 2013, e a taxa média nos dois anos se situa em relação a 2012 de 1,59%, nos próximos dez anos Pilão Arcado terá a menos 90 habitantes de 0 a 5 anos. Considerando essa queda na população jovem, o município deve pensar no atendimento à creche e à pré-escola com cautela no que concerne a construção de escolas de educação infantil a fim de não construir espaços que serão desocupados se a tendência decrescente da população se mantiver.

Tabela 8. Taxa de escolarização¹ da Educação Infantil do município de Pilão Arcado (2010)

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	2.443	253	2.190	10,36%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	1.285	802	483	62,41%
Total (0 a 5 anos)	3.728	1.055	2.673	28,30%

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Se considerar a Meta 1 do PNE, no Indicador 1A, a referência atual é de construção adequada de espaços para 483 crianças de pré-escola, pois a taxa de atendimento agora é de 62,41%. Isso significa que e nosso município deve atender 37,59 % dessa faixa etária no próximo ano, em 2016.

Nos próximos 10 anos a meta para educação infantil (crianças de 0 a 3 anos) deve crescer 39,64 %, dimensionando 3,97% a cada ano a fim de alcançar

¹A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequentam a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

os 50 % de atendimento a essa faixa etária, de acordo com o Indicador 1B da Meta 1 do PNE.

O desafio não é só a construção: adequação de espaços, mas, também, a formação de professores para essa demanda, pois a criança tem suas especificidades. Não é só o número maior para a população escolar, nem o seu jeito desconhecido dos conteúdos tradicionais ministrados nas escolas. É o público ainda mais complexo, que está iniciando seu conhecimento de mundo e interagindo com os outros, com o mundo físico que o rodeia, pois ainda não lida com o mundo hipotético-dedutivo. Esse será um grande desafio para os educadores da educação infantil e, consequentemente, para as autoridades que gerem este município.

Essa baixa oferta de atendimento gera baixa escolarização, levando-se em conta que o atendimento a esse público não atende a outras faixas etárias, como no ensino fundamental e médio.

Existem, atualmente, em fase de construção, duas creches do PROINFÂNCIA que atenderá parte dessa demanda reprimida, porém carece de projetos de ampliação/construção para mais espaços físicos. Possivelmente o município de Pilão Arcado faça adaptações nas escolas existentes para possibilitar o atendimento às crianças de 4 a 5 anos de idade.

Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município Pilão Arcado, por localização (2010)

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matriculada (B)	Escolarização %
URBANO	1.289	280	21,72
RURAL	2.459	775	31,52

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, o município dispõe, com base no Censo Escolar e nos números da população do IBGE traçar metas para atender essa população, aumentando a oferta em 3,97 % ao ano, isso significa que deverá crescer, em média, mais 97 crianças por ano.

A atenção aqui não é só o mero atendimento nos espaços, mas os cuidados que requer cada criança nessa faixa etária. A maior dificuldade está em atender as pequenas populações onde a demanda é mínima devido à baixa densidade demográfica.

A sede do município já disponibiliza atendimento em tempo integral para crianças de 4 e 5 anos em duas creches, sendo: uma municipal e outra filantrópica. Atende também em quatro escolas, quatro salas de educação infantil em tempo parcial. Na zona rural o atendimento é realizado em turmas seriadas e multisseriadas, distribuídas em escolas que também atendem ao Ensino Fundamental.

Meios dos espaços e mobiliários disponíveis para atender a Educação Infantil são precários e insuficientes, uma realidade que se sobressai, principalmente, na zona rural do Município.

A formação continuada para os docentes antes nessa etapa é feita pelos coordenadores pedagógicos da escola e da SME, carecendo ainda, de uma proposta de formação continuada específica para esse segmento do ensino.

A proposta pedagógica para as turmas de Educação Infantil tem como referência maior os Referenciais Nacionais para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Sabendo da importância da literatura infantil, o cantinho de leitura faz parte da organização de cada sala da Educação Infantil. O incentivo à prática da leitura, em uma idade propícia para se formar bons hábitos, no caso a infância, é uma rotina que se faz presente nessas turmas.

Com relação à organização do quantitativo de crianças por turma, a SME no que se refere às creches, obedece ao que preconiza o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº22/98, de 17/12/98 que limita o número de crianças por educador. Assim, no educador de turmas de crianças de 0 a 2 anos atende somente a 8 crianças no máximo e, em turmas de 3 anos esse número passa para 15 crianças.

Os espaços para atendimento as turmas de Educação Infantil no Município ainda não obedecem aos padrões exigidos pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade, isto a situação precária da maioria dos espaços que se dispõe para esse atendimento.

No que se refere à questão da acessibilidade para as crianças que detêm alguma deficiência, a SME tem voltado a atenção para a adequação dos espaços como, construção de rampas, alargamento de portas, banheiros equipados, entre outros, apenas na sede. As crianças que necessitam de atendimento especializado

ainda não são atendidas adequadamente pois no município não possui salas de AEE.

No que diz respeito às crianças que sofrem algum tipo de violência em casa e que tem seus direitos violados, a escola encaminha para atendimento especializado no CREAS e ao Conselho Tutelar, para que as providências sejam tomadas.

Acreditando que a parceria entre escola e família é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança é que se propõe uma prática constante de reuniões e conversas individuais com pais. Porém, esse ainda é um ponto frágil em muitas das nossas escolas, uma vez que por motivos diversos, muitas famílias deixam de comparecer à escola nesses momentos.

2.2.1.3 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental de nove anos da rede pública de ensino do Município de Pilão Arcado foi organizado em séries iniciais (1º ao 5º ano), correspondendo à segunda possibilidade indicada nas seguintes tabelas e nas séries finais (6º ao 9º ano).

a) A oferta do Ensino Fundamental no Município de Pilão Arcado.

Os primeiros registros de ensino em Pilão Arcado se deram antes da implantação do Ensino Fundamental sistematizado e da construção de escolas, o ensino era ministrado nas residências das professoras Sofia Mascarenhas e Menininha, tendo continuidade com as professoras Alzira Camandaroba e Dona Quina: desde que contribuíram para a posterior implantação do ensino primário, quando ocorreram os investimentos do governo do estado iniciando a construção de prédios escolares por volta do ano de 1937.

Em 1937 foi iniciada a construção do prédio da Escola Estadual Sofia Mascarenhas na antiga sede da cidade de Pilão Arcado Velha e concluída em 15/8/1959, conforme placa de inauguração, quando Jacyr Maranhães era Governador do Estado da Bahia e Wilson Lins Secretário Estadual de Educação.

Ainda na antiga sede do Município de Pilão Arcado, foi inaugurada em 07 de abril de 1968, a Escola Estadual Marechal Castelo Branco que funcionava o ensino primário, e a funcionar o ginásio na década de 90, na Nova sede do município,

constr:ída após a m: dança da sede do m: nicípio por ca: sa da constr:ção da Barra8em do La8o de Sobradinho.

F:nciono: também nesta cidade o 8inásio escolar e o ensino médio com a 7ormação de pro7essores do Ma8istério, habilitando-os para lecionar nas séries iniciais atra;és do colé8io cenecista de Pilão Arcado – CNEC, q: e recentemente 7oi desati;ado.

Somente no ano de 1982, 7oi criada a primeira escola de 8inásio m: nicipal na cidade de Pilão Arcado, q: e recebe: o nome de Colé8io M: nicipal Presidente Fi8: eiredo, n: ma homena8em ao então presidente rep: blica o 8eneral João Baptista de Oli; eira Fi8: eiredo, com decreto m: nicipal de 7 ndação número 19, de 12 de a8osto de 1982, no q: al 7 nciono: também o ensino médio na 7ormação de docentes de ní; el médio, com habilitação nas séries iniciais.

At: almente, a rede m: nicipal de Ensino de Pilão Arcado é constit:ída por 162 escolas, das q: ais 04 (q: atro) 7 ncionam na Zona Urbana, atendendo al: nos da Ed: cação In7antil (Creche e Pré- Escola), das séries iniciais e do Ensino F: ndamental de oito anos (1ª a 8ª séries) q: e está em pro8ressi; a desati; ação, e do Ensino F: ndamental de no; e anos q: e 7oi implantado em 2010, pela resol: ção CEE nº 060/2007 de 05 de j: nho de 2007, atra;és da Lei nº 11.274/2006, q: ando o m: nicípio passo: a receber matríc: las de crianças de 06 (seis) anos nesta etapa de ensino. As demais escolas 7 ncionam na zona r: ral do m: nicípio, com ed: cação do Campo, onde m: itas dessas escolas 7 ncionam com o m: ltisseriado e assim como, na zona :rbana atende também as d: as modalidades de ensino, das q: ais 13 (treze) dessas 7 ncionam o ensino médio, sendo extensões do Colé8io Estad: al Marechal Castelo Branco (Po; oado de Campo Grande, Po; oado de La8oa da Pedra, Po; oado de Casa Verde, Po; oado de La8oa da Padre, Po; oado de Mandarin, Brejo Dois Irmãos, Po; oado de La8oa Grande, Vila Saldanha, Brejo Limoeiro e Vila Brejo da Serra) e no colé8io Estad: al So7a Mascarenhas (Po; oado de No; a Holanda, Vila Bal: arte e Po; oado de Redenção).

Além da rede pública m: nicipal 7 nciona também as instit: ições pri; adas e 7lantrópicas, com as modalidades de ensino da Ed: cação In7antil e Ensino F: ndamental de no; e anos nas Escolas, Colé8io Rosas, Escola Tropicália e Escola Santo Antônio.

Visando : m en7rentamento dos desa7os q: e precisam ser s: perados,

principalmente no tan8e a 7orma7ão contin: ada dos docentes q: e at: am no setor público, com 7oco aos q: e estão lecionando nas séries iniciais, o m: nicípio aderi: ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. E, para asse8: rar aos ed: candos o pleno desen;ol; imento de s: as potencialidades, a Secretaria de Ed: ca7ão, j: ntamente com os coordenadores peda8ó8icos do pro8rama estão trabalhando a proposta do Ensino F: ndamental de no; e anos.

O deslocamento das matric: las dos al: nos de 6 anos para o Ensino F: ndamental depois da ampliação de oito para no; e anos de d: ra7ão de; eria dar clareza constante nas matric: las dessa etapa, porém não é isso q: e consta nos dados a se8: ir.

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização (2010/2014)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	2.001	5.811	436	--	194	---	8.442
2011	2.073	5.684	379	--	226	--	8.362
2012	1.995	5.400	446	--	256	--	8.097
2013	1.986	5.116	423	--	283	--	7.808
2014	1.972	5.038	375	--	336	--	7.719

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 de j: n. 2015.

Diante dos dados Obser;ados percebemos q: e mesmo diante dos in; estimentos nos últimos anos com o objeti; o e obri8atoriedade por parte dos 8o; ernos, 7amília e com: nidade em 8eral, em 8arantir o acesso e permanência das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, ho; ; e : ma q: eda nas matric: las entre os anos de 2010 a 2014 de q: ase 8,5%.

No m: nicípio há : ma red: 7ão da natalidade contrib: indo assim, para a dimin: i7ão das matric: las para esse público, como também a trans7erência de al8: ns al: nos para o: tros m: nicípios.

De acordo com a ampliação de ofertas em todo município para atender as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, ; em possibilitando de forma gradativa, o índice de analfabetismo.

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos	76,55	22,67	4,18	23,45	77,33	95,82
11 a 14 anos	63,49	30,56	16,45	6,16	79,70	58,29

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 j. n. 2015

São estatísticas que permitem ao Município e Estado pensarem nas políticas com eficiência para que possam dar garantia e permanência das crianças, adolescentes e jovens nesse período de ensino.

De acordo com a tabela abaixo podemos observar que a desigualdade/idade/série é um grande problema que atinge o nosso município.

Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município Pilão Arcado, por idade e série², Rede Municipal, (2013) 2015

Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	437	30	—	—	—	—	—	—	—	467
7 anos	185	370	38	—	—	—	—	—	—	593
8 anos	28	251	286	23	—	—	—	—	—	588
9 anos	7	48	243	223	13	1	—	—	—	535
10 anos	2	27	73	263	315	2	—	—	—	682
11 anos	1	6	56	147	228	83	6	1	—	528

² Cálculo de desigualdade - Matrícula com desigualdade / total da matrícula por série.

12 anos		3	35	112	163	123	60	17	—	513	
13 anos		3	13	65	126	129	98	70	16	520	
14 anos		2	20	64	95	125	86	85	60	537	
15 anos			11	54	81	90	82	93	83	494	
+ de 16 anos		4	18	81	112	176	238	245	284	1158	
Nº de al: nos total de 7ª a 8ª série		38	93	226	523	577	520	406	338	284	3006
% em de 7ª a 8ª série	5,76	12,50	28,50	50,73	50,92	71,33	71,23	66,14	64,10		

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

$$\text{Ex.: } 91/301 \times 100 = 30,23$$

Cálculo: Matrícula Inicial – (Transferidos + egressos) = Matrícula Final

De modo geral a desistência idade/série está mais intensa do 3º ao 9º anos e tem como principais causas a reprovação, juntamente com os casos de abandono. Nos anos finais a situação é mais grave; e em todos os anos, porém no 6º ano ela se torna mais crítica, uma vez que as maiores das matrículas estão em desistência idade/série. A tabela acima mostra a fragilidade da qualidade da educação municipal em relação à permanência e aprendizagem dos alunos.

O maior problema relacionado a esta reprovação está na leitura e escrita, pois os mesmos não têm este alicerce, o que gera este fato a partir do 3º ano e os altos índices de desistência idade/série em todos os anos da etapa final do Ensino Fundamental estão, principalmente relacionados às limitações dos alunos nos requisitos de leitura e escrita e, não apenas a sua admissão tardia na escola. São fronteiras que abalam a autoestima e fazem esse aluno perder o interesse e acabam abandonando a escola.

O município em parceria com os Governos Estadual e Federal através dos programas PACTO / PNAIC, que vieram para contribuir e amenizar a desistência a idade/série nos anos iniciais do ensino fundamental. Nessa perspectiva, O município precisa se conscientizar de que estas escolas necessitam de um olhar especial para esta faixa etária.

O número de reprovação e de abandono no Ensino Fundamental da rede estadual entre os anos 2008 e 2010, são considerados altos, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	—	—	—	—	—	—
	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
2ª Série / 3º ano do EF	2008	—	—	—	—	—	—
	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
3ª Série / 4º ano do EF	2008	—	—	—	—	—	—
	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
4ª Série / 5º ano do EF	2008	—	—	—	—	—	—
	2009	—	—	—	—	—	—
	2010	—	—	—	—	—	—
5ª Série / 6º ano do EF	2008	60.70	—	9.80	—	29.50	—
	2009	61.80	—	13.00	—	25.20	—
	2010	67.50	—	7.10	—	25.40	—

6ª Série / 7º ano do EF	2008	68.30	—	11.90	—	19.80	—
	2009	63.40	—	15.80	—	20.80	—
	2010	70.10	—	13.70	—	16.20	—
7ª Série / 8º ano do EF	2008	74.60	—	4.20	—	21.20	—
	2009	65.40	—	16.30	—	18.30	—
	2010	70.90	—	12.80	—	16.30	—
8ª Série / 9º ano do EF	2008	79.70	—	5.10	—	15.20	—
	2009	67.80	—	21.10	—	11.10	—
	2010	72.70	—	14.80	—	12.50	—

Fonte: IDE/MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/8erarTabela.php>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

Em 2005, iniciou-se o processo de transição das séries iniciais do ensino fundamental da rede Pública Estadual para a municipal. Ressaltamos que o Estado não oferecia acesso à matrícula para os anos iniciais nas escolas do campo, pois o município atendia esta demanda.

Com base nos dados da tabela, a rede municipal apresenta uma variação nas taxas de aprovação, reprovação e abandono, sendo que as escolas do campo apresentam melhores índices, embora não tenham as mesmas condições de trabalho oferecidas na zona urbana.

Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	37.80	34.50	46.60	24.40	15.60	41.10
	2009	41.00	37.20	38.20	46.20	20.80	16.60
	2010	45.70	55.70	36.00	27.00	18.30	17.30
2ª Série / 3º ano do EF	2008	47.40	43.30	37.70	23.40	14.90	33.30
	2009	60.30	58.80	28.10	26.00	11.60	15.20

EF	2010	55.10	58.40	31.80	27.20	13.10	14.40
3ª Série / 4º ano do EF	2008	50.30	51.10	38.50	17.90	11.20	31.00
	2009	67.30	58.10	19.80	25.10	12.90	16.80
	2010	63.30	62.40	22.30	23.60	14.40	14.00
4ª Série / 5º ano do EF	2008	58.40	57.90	26.50	10.50	15.10	31.60
	2009	59.40	72.60	22.00	12.10	18.60	15.30
	2010	63.60	76.20	21.10	10.80	15.30	13.00
5ª Série / 6º ano do EF	2008	37.90	38.00	20.70	12.80	41.40	49.20
	2009	39.20	52.10	31.80	29.40	29.00	18.50
	2010	54.80	64.80	19.90	19.20	25.30	16.00
6ª Série / 7º ano do EF	2008	49.00	41.60	20.30	8.30	30.70	50.10
	2009	46.30	66.00	23.90	19.20	29.80	14.80
	2010	46.20	69.50	22.80	10.40	31.00	20.10
7ª Série / 8º ano do EF	2008	50.40	51.10	10.60	6.90	39.00	42.00
	2009	51.10	72.60	22.60	13.40	26.30	14.00
	2010	59.80	81.20	15.20	6.60	25.00	12.20
8ª Série / 9º ano do EF	2008	58.30	54.80	6.80	7.20	34.90	38.00
	2009	74.10	81.30	3.70	8.80	22.20	9.90
	2010	65.20	80.30	14.60	4.20	20.20	15.50

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.br/ide/2008,2009,2010/8erarTabela.php>> Acesso em: 10 de j. n. 2015.

De acordo com os dados apresentados, a zona urbana reprograva mais em que em todos os anos do Ensino Fundamental e apresenta maior índice de abandono nos anos finais, pois nos anos de 2008 a 2010 a zona urbana apresentou: abaixo dos 50% nas taxas de 5ª série, sendo 37,90% no ano de 2008. Enquanto que a zona rural apresentou: neste mesmo período: um alto número nas taxas de abandono, o que representa: 50,10%. Isso demonstra: uma preocupação nos altos índices de desistência no Ensino Fundamental no que se refere à idade/série da matrícula.

Com vistas a essa preocupação, o município tem buscado meios para superar essas dificuldades, focando principalmente os anos iniciais, fato que se lê: o

este município a aderir aos programas de alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, PNAIC e o PACTO.

Diante dessa realidade o município ; em realizando atividades : locais nas escolas, as quais ; isam promover a interação de modo a colaborar para que o aluno amplie sua ; isão de mundo, ; valorizando as diferentes manifestações : locais de seu entorno, de outras localidades a partir da interação entre homem sociedade : locais e educação por meio de ações que estimulem práticas : locais e educacionais nas escolas em parceria com : As escolas da rede municipal, estaduais, tradicionais e privadas.

O projeto : locais na escola busca por meio de parceria de instituições públicas e privadas ; iabilizar as escolas de todas as redes. O acesso aos espaços e eventos artísticos : locais : expressão corporal, linguagem, artes plásticas etc. possibilitando aos alunos : uma nova perspectiva de socialização, sensibilização e em muitos casos abrir as portas que possibilitem o ingresso no mercado de trabalho.

As ações realizadas no município são as diferentes formas de expressão : manifestações como a música, teatro, as artes ; isuais, danças, religião entre outras. Dentro das escolas que ; eram ao longo do ano letivo momentos de criação e concepção de trabalhos individuais : em outros pontos promovendo a transformação de salas de aula em oficinas de desenho ; olimento de aprendizagem.

Os resultados desse projeto fazem com que as escolas públicas sejam : um espaço mais acolhedor integrador, critico dinâmico, criativo e construtor de : um aprendizado não meramente teórico, mas também realizado por meio da ; iência experiência, parceria e confiança entre os envolvidos no processo.

O Ensino Fundamental ampliado para nove anos de duração é : um ensino que existe : um projeto pedagógico próprio para ser desenvolvido em cada escola, ; ma ; ez que os objetivos de : um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças : um tempo mais longo de convivência escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, com sucesso nos estudos tanto às crianças de seis anos quanto as demais que estão ingressando no ensino Fundamental de nove anos, bem como aquelas interessantes no, até então ensino Fundamental de oito anos.

A ampliação do ensino Fundamental demanda ainda providências para o atendimento das necessidades de recursos humanos - professores, gestores e demais

profissionais da educação – para lidar com as condições : mas política de formação continua em ser, isto, o direito ao tempo para o planejamento da prática pedagógica assim como melhoria em suas carreiras. Além disso, os espaços educativos, os materiais didáticos os mobiliários e os equipamentos precisam ser repensados para atender às crianças com essa nova faixa etária do ensino fundamental, bem como à infância que já está nesta etapa de ensino com oito anos de idade.

A organização de todas as responsabilidades e competências pedagógicas da escola, a educação infantil não é etapa obrigatória nem pré-requisito para o acesso ao ensino obrigatório da educação básica e direito subjetivo do cidadão, tenha ele frequentado ou não a educação infantil.

Dessa forma recomenda-se a nomenclatura estabelecida pela resolução CNE-CEB nº 3/ 2005:

- Ensino Fundamental- 09 anos de idade - até 14 anos de idade
- * anos Iniciais- 1º ao 5º ano – 05 anos de idade – 06 a 10 anos de idade
- * anos Finais – 6º ao 9º ano – 04 anos de idade – 11 a 14 anos de idade

A orientação do CNE-CEB é que para a criança ingressar no ensino fundamental de nove anos de idade e ter seis anos de idade completos ou a completar até o início do ano letivo no respectivo sistema de ensino. Toda criança que não tem seis anos completos até a data de corte permanecerá na pré-escola da educação infantil. Veja o esquema abaixo:

- Conselho Nacional de Educação estabelece como data de corte o início do ano letivo.
- Conselho Estadual ou Municipal de Educação fixa a data de corte em 31/03.
- Ano Letivo no sistema início: -se em: 02/03.
- A criança completa seis anos de idade até 31/03 (data de corte estabelecida pelo conselho de educação local): deve ser matriculada no 1º ano do ensino fundamental.

O município estimará a oferta de ensino Fundamental para a população do campo através de escolas com estruturas físicas adaptadas a necessidade e realidade de cada localidade, profissionais qualificados, transportes escolares adequados e serviços suficientes para atender as demandas da população. Material didático suficiente para suprir as necessidades dos mesmos.

A situação de aprovação apresenta em dados elevados, embora haja um alto índice de desabsorção na idade/série presente nos dados atuais.

As particularidades e necessidades educacionais de cada comunidade seja ela indígena ou quilombola do campo são garantidas nas propostas Pedagógicas de cada escola e na prática que se delineia no cotidiano escolar.

Aos alunos com deficiências e necessidades especiais. Além do acesso são garantidas também condições dentro das possibilidades do Município para seu atendimento das turmas regentes do EF e, em turmas especiais, quando for o caso.

Os quilombolas são partes importantes da cultura brasileira e por vezes desconhecidos de muitas pessoas.

É de suma importância o município oferecer a comunidade uma política de conscientização dos seus direitos sobre o Ensino Fundamental aos filhos de profissionais que se dedicam às atividades de caráter itinerantes: lavadores, agricultores, pescadores, circenses etc.

Consolidar a Educação Escolar no Campo, de populações tradicionais e populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

Contudo, o atendimento aos alunos do campo se dá praticamente em turmas multisseriadas, principalmente aos anos iniciais, a superação do desafio da alfabetização perpassa pela necessidade de se construir uma proposta pedagógica específica para essas turmas, concomitante com uma proposta de formação continuada para os professores que nelas atuam.

Di; ersas são as ações desen; ol; idas pelo MEC como objeti; o de melhorar a q: alidade da ed: cação. Ações q: e perpassam a aprendizagem do al: no, a ; alorização do pro; ssional de ed: cação, a in; aestr: t: ra ; sica e peda; óica da escola e o apoio entes ; ederados. No presente doc: mento serão relatadas as ações de maior destaq: e na ed: cação básica, q: e em se: conj: nto contrib: em de ; rma si; ni; cati; a para a melhoria do índice de desen; ol; imento da ed: cação básica (IDEB).

Participar dessas ati; idades pode ; azer com q: e: ampliem s: as estratégias de est: do e possibilidades de trocas de conhecimento; consi; am mostrar habilidades e conhecimentos q: e no c: rríc: lo e período re; lares não encontram oport: nidade de apareceram; e tenham oport: nidade de encontrar espaço acolhedor e mais prod: ti; o para s: a indi; id: alidade. Para q: e o acompanhamento da aprendizagem de tais al: nos seja de ; ato ; arantido da melhor ; rma, é importante q: e as escolas em q: e tais ati; idades aconteçam b: sq: em ; rmas e; cientes de com: nicação entre os pro; ssores do período re; lar e os pro; ssores q: e ministram as ati; idades extrac: rríc: lares, proporcionando, assim, : ma ; isão mais inte; ral do desen; ol; imento do al: no e a condição para q: e as conq: istas realizadas pela ati; idade extrac: rríc: lar possam ser potencializadas no espaço re; lar de a: la e ; ice-; ersa.

Há também ati; idades promo; idas pela própria escola, rede de ensino o: nacionalmente, como conc: rsos e competições q: e também ; eram interesse e moti; ação dos al: nos pela conq: ista de prêmios e/o: possibilidade de ter reconhecimento para se: s saberes. Tais sit: ações, apesar de possibilitarem : ma ; alorização i; alitária a todos os al: nos, pois têm características de competição e, então, são seleti; as; promo; em sit: ações em q: e os al: nos es; rçam-se m: ito para s: perar as s: as di; c: ldades, apro; ndar os se: s conhecimentos, s: perar os limites de compreensão q: e ; eralmente en; tentam nas ati; idades re; lares e ter como meta a b: sca do s: cesso.

Ati; idades esporti; as são estim: ladas nas a: las de ed: cação ; sica o: recreação e campeonatos de ; tebol, ; tsal, ; ôlei ; azer parte do calendário de ati; idades das escolas q: e atendem aos anos ; nais, a exemplo do Projeto JEPA (Jo; os Escolares de Pilão Arcado).

Para a organização do trabalho educativo, as escolas têm como base a proposta político pedagógico para as escolas municipais, além dos Parâmetros curriculares Nacionais. PCNs, esses parâmetros abrangem tanto a rede pública como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos. Sua meta é garantir aos educandos o direito de adquirir dos conhecimentos necessários para os exercícios da cidadania. Embora não seja obrigatório, os PCNs servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores que podem adaptá-los às peculiaridades locais. Os PCNs nada mais são do que uma referência para a transformação de objetos, conteúdos e didática do ensino.

Um grande problema muito presente no Ensino Fundamental é a evasão, principalmente de crianças entre nove e onze anos que na maioria dos casos são influenciados a negligência do próprio ambiente familiar, os quais podemos citar: omissão no processo de formação dos filhos; relação frágilizada, onde a decisão recaído sobre o menor, pouco nos benefícios financeiros dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal.

Propostas que fortaleçam a relação da família com a escola precisam ser pensadas e implementadas o mais próximo possível, dado a fragilidade das relações e muitas vezes ao tratamento desrespeitoso dirigido à instituição e aos profissionais que nela atuam.

Nossa região é uma área que apresenta temperaturas elevadas, todo ano. As chuvas são irregulares e em porcentagem de quantidade, a seca também é muito baixa tornando o clima seco é comum ocorrer a ausência de chuvas por vários meses é a área onde ocorre a conhecida Seca, que leva muitos prejuízos principalmente para a agricultura e pecuária da região. Sendo assim há uma grande evasão dos alunos nas idades de nove anos a onze anos por consequência das condições climáticas da região.

Acreditar, entretanto que novas práticas pedagógicas implica o uso de novas tecnologias confluindo à tecnologia educacional, a renovação da educação seria mais baseada extremamente tecnicista no processo educativo. Acreditar que qualquer novo a tecnologia nos ofereça os meios de resolver nossos problemas educacionais é fazer parte da tecnologia.

2.2.1.4 Ensino Médio

No município de Pilão Arcado começou a ser ofertado o Ensino Médio com formação em Magistério na década de 80, no Centro Educacional Cenequista de Pilão Arcado – CNEC; no colégio Municipal Presidente Figueiredo e por último o ensino regular na rede estadual, conhecido como “científico” no de 2006 nas escolas estaduais Marechal Castelo Branco e Sônia Mascarenhas.

Hoje, o Município de Pilão Arcado em regime de colaboração com o estado passou a oferecer o ensino Médio Regular em 02 (duas) escolas estaduais localizadas na sede e 11 (onze) em escolas municipais da zona rural que funcionam como extensão das duas escolas estaduais da sede atendendo satisfatoriamente toda a demanda de matrícula para os egressos do ensino fundamental, sendo de responsabilidade do município todas as despesas referentes ao funcionamento das mesmas.

Tendo em vista que a educação precisa da educação, de modo geral, e do ensino médio última etapa da educação básica, e além da formação profissional e atingir a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens nas perspectivas curriculares para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva e de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chance para o exercício dos demais direitos sociais.

No município de Pilão Arcado temos duas escolas estaduais sendo que essas escolas possuem 11 extensões na zona rural que funcionam em espaços cedidos nas escolas do município.

Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município Pilão Arcado- Bahia por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	—	—	611	649	—	—	1260
2012	—	—	531	726	—	—	1257
2013	—	—	571	444	—	—	1.015

2014	—	—	660	519	—	—	1179
2015	—	—	678	461	—	—	1139

Fonte: An: ário Estatístico da Ed: cação da Bahia. Disponí; el em: <<http://portal.mec.br/ide/2010>>. Acesso em: 16 jan. 2015 e Diretoria Re8ional Direc).

Obser; a-se : ma q: eda 8radati; a de matríc: las em todos os anos apresentado na tabela com : m percent: al 31,52% entre os anos de 2011 a 2015. A pop: lação do M: nicípio de Pilão Arcado na 7aixa etária escolar de 15 a 17 ano em 2010 era de 2.285. A relação pop: lação em relação a idade escolar no ensino Médio q: e apesar de ha; er o7erta e disponibilidade de ; a8as para atender à demanda tanto na zona r: ral q: anto na : rbana, ainda existe : m 8grande índice de jo; ens q: e estão 7ora da escola nessa 7aixa etária.

Esse alto índice re; ela a necessidade de se reconhecer q: e al8o precisa ser 7eito o mais rápido possí; el em relação ao processo ensino aprendiza8em do Ensino Médio.

Pois é preciso q: e além do reconhecimento desse processo seja acompanhada da e7eti; a ampliação e de medida q: e artic: lem a 7ormaçaõ contin: ada dos pro7essores com as necessidades do processo ensino aprendiza8em o7ereçam s: bsídios reais e o apoio e7iciente política de 7ormaçaõ contin: ada para se: s pro7essores.

Em relação às es7eras 7ederal, estad: al, m: nicipal e pri; ada o nosso m: nicípio só é contemplado com o ensino médio estad: al. Desde o ano de 2010 até 2013 a Ed: cação Estad: al tem tido : m a: mento si8ni7cati; o no número de matríc: las de al: nos. Pelo 7ato de ha; er extensões na zona r: ral em parceria com o m: nicípio.

A análise dos dados estatísticos coletados no m: nicípio no ano de 2010 considerando os jo; ens de 19 anos de idade para a concl: são do ensino médio re; ela q: e ho; ; e : ma e; ol: ção no número de apro; ação.

A ed: cação indí8ena não existe no nosso m: nicípio. Q: anto aos al: nos existem ; ários problemas, entre eles: precisam trabalhar para s: stentar a 7amília, não dão à de; ida importância a ed: cação, mi8ração para o: tros Estados, a7astamento por : so de dro8as, álcool, 7amílias desestr: t: radas e entre o: tros 7atores q: e le; am os jo; ens a se e; adirem da escola.

Portanto é essencial oferecer condições para que os alunos do campo se desloquem das localidades para a sede, como também é importante conquistar essas pessoas para que sejam integradas ao sistema educacional.

Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	66,6%	54,7%	121,3%	4,93%	2,17%	7,1%	28,3%	43,15%	71,45%
	2009	63,79%	64,7%	131,49%	10,34%	13,44%	23,78%	25,86%	21,84%	47,7%
	2010	61,94%	84,21%	146,15%	17,69%	15,2%	28,21%	36,28%	14,73%	51,1%
2º ano do EM	2008	83,82%	51,85%	135,67%	-	-	-	16,17%	18,14%	34,38%
	2009	64,58%	87,5%	152%	2,8%	8,9%	10,98%	33,33%	3,57%	36,9%
	2010	58,49%	84%	142,49%	7,54%	2%	9,54%	33,96%	14%	47,96%
3º ano do EM	2008	71,05%	62,5%	133,55%	13,15%	32,5%	45,65%	15,78%	3,57%	19,6%
	2009	85,71%	88,57%	174,28%	17,85%	-	-	12,5%	11,42%	23,47%
	2010	87,71%	90,9%	178,4%	-	-	-	12,5%	9,9%	21,14%

Fonte: MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/8erarTabela.php>>. Acesso em: 16 j: n. 2015

Os dados da tabela acima mostram que a taxa de abandono diminui entre os anos de 2008 a 2010, ficando com o percentual de 21,14% no último ano. Nesse mesmo período, a taxa de aprovação cresce, a taxa de reprovação ; em diminuindo gradativamente. No intuito de oferecer a esses alunos em distorção idade – série : manter a continuidade nos estudos, o município oferece também as EJA no turno noturno para que esse aluno possa cursar a forma acelerada o Ensino Médio.

Sabe-se que nesta etapa de ensino, muitos são os problemas enfrentados pelos estudantes para que possam ter acesso e permanência como também concluir a formação. Apesar de todos os avanços na educação o Ensino Médio tem estado assente do conjunto de medidas acionadas para a melhoria da Educação Básica.

No entanto é necessário ter em mente as especificidades dos estudantes que compõem o Ensino Médio com suas características próprias. Cabe destacar

que a maioria dos estudantes do ensino Médio são adolescentes e jovens. Uma parte está dando continuidade aos estudos sem interrupção mesmo que tenha tido alguma reprovação. Outros estão retornando aos estudos depois de haver interrompido os estudos em determinado momento.

Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009)

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009	-	-
Rede Estadual	2009	452,27	538,64
Rede Municipal	2009	-	-

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2009/8erarTabela.php>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

O fato de muitos terem retornado aos estudos depois de tê-los abandonados, é um atestado de que acreditam no valor da escolarização como uma forma de buscar melhores dias e um futuro melhor. Em geral são estudantes que, não tendo condição econômica para; ora; ele, não tem acesso aos bens culturais e, como tal, esperam que a escola cumpra o papel de supridora dessas condições.

Os que estudam e trabalham, em geral, enfrentam muitas dificuldades para conciliar as duas tarefas.

No que diz respeito às dificuldades, sabemos que ainda são muitos os desafios que precisam ser superados para que esta oferta e o atendimento do Ensino Médio no município tenha atendido toda a demanda diante das necessidades. É preciso que a rede estadual viabilize ações para ofertar Formação Continuada para a atuação docente, adequando a proposta curricular à necessidade dos educandos. É preciso também que haja uma integração curricular que abranja todas as diversas áreas do conhecimento..

Sendo assim, é preciso reconhecer que a escola se constitui no principal espaço de acesso ao conhecimento sistematizado, tal como ele foi produzido ao longo pela humanidade. Assegurar essa possibilidade, garantindo a oferta de educação de qualidade para toda a população, é crucial para a concretização para que ocorra a transformação social. Neste sentido, a educação escolar, embora não tenha autonomia para, por si mesmo, mudar a sociedade, é importante estratégias

de transformação, : ma ; ez q: e a incl: são na sociedade contemporânea não se dá sem o domínio de determinados conhecimentos q: e de; em ser asse8: rados a todos.

2.2.2 Educação Superior

2.2.2.1 Ensino Superior

O processo histórico da Ed: cação da Cidade de Pilão Arcado contrib: i para q: e, a pop: lação jo; em e ad: lta do m: nicípio ; enha alcançar o ní; el de escolaridade maior, sendo q: e, no ano de 2005 o m: nicípio fez parceria com a Fac: ldade de Tecnologia e Ciências (FTC), o q: al o mesmo arca; a com 50% por cento do ; alor das mensalidades para os pro7essores da rede m: nicipal de ensino, colaborando para q: e essa Parcela da pop: lação ampliasse o 8ra: de instr: ção.

Antes do m: nicípio inserir o c: rso s: perior as pessoas q: e almeja; am in8ressar no ní; el s: perior de ensino desloca; am-se para os m: nicípios circo ; izinhos com o int: ito de q: alitcar-se pro7ssionalmente.

Após a sessão do espaço para 7: ncionamento da FTC o: tras instit: ições de ensino s: perior adentraram no m: nicípio tais como: Fac: ldade de Ciências Ed: cacionais (FACE), at: almente no m: nicípio existem d: as instit: ições de ensino s: perior q: e b: sca q: alitcar pro7ssionalmente toda pop: lação da sede e interior.

As instit: ições q: e at: am no momento são: Instit: to De Ed: cação S: perior (IES), o q: al 7: nciona no Prédio Público, Colégio M: nicipal Presidente Fi8: eiredo, Sit: ado na R: a Antônio de Q: eiroz nº 474, e Núcleo de Conhecimento Brasileiro - À8ora, o q: al também 7: nciona em prédio público na Escola M: nicipal de Pilão Arcado, sit: ado na R: a Alzira Camandaroba, s/n, centro Pilão Arcado-BA.

Vejamos o q: adro abaixo:

Histórico de Formação S: perior

	2005	2009	2011	2012	2014	2015
Pro:essores da rede municipal	Aprox. 530 pro7essores	-	-	-	-	-
Pro:essores com :ormação em Magistério	Aprox.. 522 pro7essores	-	-	-	-	-

Professores com graduação	08 professores	-	-	-	-	-
Professores com graduação	-	Aprox. 230 al: nos	Aprox. 26 al: nos	Aprox. 71 al: nos	Aprox. 159 al: nos	-
Professores com graduação incompleta	-	-	-	-	-	Aprox. 339 al: nos
Professores com pós Graduação	-	-	Aprox. 60 al: nos	-	Aprox. 60 al: nos	-
Professores Mestre	-	-	-	-	01	-
Professores Mestrando	-	-	-	-	-	30

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2015

Até 2005 dos 530 professores aproximadamente 446 estavam na rede municipal, apenas oito (08) tinham graduação. E os demais com formação em mestrado.

Foram registrados entre 2009 à 2015 com graduação 486 sendo distribuídos em 5 áreas específicas: Letras, Matemática, História, Biologia e Pedagogia.

Entre 2011 e 2015, foram registrados aproximadamente 120 pós-graduações, distribuídos em áreas específicas: Ensino de Matemática, Pedagogia Escolar, Psicopedagogia, Letras, Biológica, entre outras. Em 2015 foi registrado : 01 Mestre e 30 mestrandos.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

2.3.1 Educação Especial

Ao longo dos anos a educação tem buscado se adequar às necessidades que a contemporaneidade exige. Diante desta perspectiva, o respeito e o atendimento à diversidade constituem premissas básicas.

A concepção da Educação Especial, nessa perspectiva da educação incluída, busca proporcionar a inclusão do caráter social da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Essa compreensão orienta que a oferta do AEE será planejada para ser realizada em tempo inteiro ao da escolarização, contribuindo

efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação com qualidade e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino.

Dado o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades, a Política visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e, ao trazer orientações pertinentes às condições de acessibilidade dos alunos, necessárias à sua permanência na escola.

Em 2014, tornou-se meta do Plano Nacional de Educação a universalização do atendimento especializado e acesso à educação básica para a população com deficiência (04 a 17 anos), preferencialmente na rede regular de ensino. O que obriga os Municípios a buscarem as condições necessárias para a promoção dessa inclusão.

O município de Pilão Arcado tem enfrentado inúmeros problemas no atendimento de pessoas com deficiência, dado que a falta de profissionais especializados e recursos estruturais tem dificultado esses atendimentos, porém ações conjuntas das Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social têm se esforçado para auxiliar essas pessoas com encaminhamento a profissionais especializados para que essas pessoas não fiquem totalmente desamparadas.

No município de Pilão Arcado, grandes são os desafios a serem enfrentados para a superação de todas as dificuldades. O município tem de implantar meios de inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento em salas regulares de ensino. As maiores dificuldades que o município tem enfrentado é a falta de espaço físico (sala de recursos humanos) para implantar um espaço de atendimento regular a pessoas com deficiência, em segundo lugar a falta de professores capacitados na rede de ensino regular para trabalhar com as dificuldades existentes.

A tabela a seguir apresenta a relação dos alunos de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino.

Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município Pilão Arcado em 2013

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência física	-	-	07	-	07
Deficiência mental	02	01	-	-	03
Deficiência física	04	03	03	-	09
Deficiência auditiva	02	05	04	04	15
Deficiências múltiplas	02	03	02	-	07
Altas habilidades/superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos globais do desenvolvimento	03	01	02	-	06
TOTAL	13	13	17	04	47

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Um dos maiores desafios que o Pilão Arcado enfrenta em relação às matrículas da educação especial é a declaração dos pais quanto à deficiência dos seus filhos. Pois ainda existe a resistência de alguns em aceitar a deficiência que os filhos possuem e procurar ajuda.

O maior número de matrículas está concentrado nos anos finais, mas muito se questiona sobre a qualidade do aprendizado desses jovens por falta de profissionais especializados para melhor atendê-los.

Essas são algumas das muitas dificuldades enfrentadas pelo município no que diz respeito ao atendimento a pessoas com deficiência, pois falta infraestrutura nas escolas, recursos metodológicos, entretenimento, lazer e políticas de inclusão são que também precisam o melhor possível e integração social.

O público-alvo da educação especial recebe apenas atendimento em salas e aulas regulares em todas as modalidades. Enfatizando a grande necessidade que o município tem implantar uma proposta de inclusão somando as dificuldades apontadas nos parágrafos anteriores.

A criação de um núcleo de acompanhamento especializado composto por profissionais especializados tais como fonoaudiólogo, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e fisioterapeutas se faz necessária.

Atra; és do programa Caminhos da Escola o m: nicípio adq: iri: 4 ônibus adaptados para pessoas com deficiência físicas atendendo apenas na sede, onde é imprescindível a capacitação dos motoristas e a presença de monitores para auxiliá-los no transporte.

Diante desses dados nota-se que o município necessita com urgência de políticas públicas de acessibilidade e fazer cumprir as determinações e exigências legais que primam pela inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais nas classes regulares de ensino. Porém, para que o município possa, de fato, implantar o sistema educacional inclusivo, faz-se necessário adotar algumas medidas, pois a existência integrante da sociedade não só visa à consolidação de escolas inclusivas, mas, acima de tudo, à concretização de uma educação que garanta a todas as pessoas o acesso não só à educação escolarizada que promove o atendimento à diversidade, mas, acima de tudo, que contemple o atendimento à vida em sua totalidade. Dentre elas a oferta de atendimento educacional especializado em instituições próprias no sentido oposto ao da escolarização, bem como apoio de especialistas em diversas áreas da educação e saúde.

2.3.2 Política da Alfabetização

A política de Educação instituída no Estado da Bahia sempre com regularidade é orientada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica – SEB/MEC. Destaca-se que a partir da Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, o MEC instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que objetiva, conjuntamente com as Secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, reafirmar e ampliar o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, atendendo os requisitos por exame periódico específico.

Ressalta-se que, antes da Criação do Pnaic – em 28 de abril de 2011 – a secretaria da Educação do Estado da Bahia estabelece, por meio do Decreto nº 12792/11, o Programa Estadual Todos pela Escola, a ser implementado no âmbito do Ensino Fundamental do Sistema Estadual de Ensino, mediante cooperação entre o Estado e os Municípios baianos.

No s: praticado decreto, 7co: estabelecimento, em se: Art. 2º, atra; és da Diretriz I q: e as ações peda8ódicas, em prol do processo de alfabetização, de; em ser desen; ol; idas de 7orma plena para q: e todas as crianças baianas (até os 08 – oito – anos de idade) ti; essem domínio de competências leitoras e escritoras na área de Lín8: a Port: 8: esa e Matemática.

Desta 7orma, ; ale destacar do Art. 30 das Diretrizes C: rric: lares Nacionais do Ensino F: ndamental de No; e Anos, os pará8ra7s:

§ 1º Mesmo q: ando o sistema de ensino o: escola, no : so de s: a a: tonomia, 7zerem opção pelo re8ime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino F: ndamental como : m bloco peda8ódico o: : m ciclo seq: encial não passi; el de interr: pção, ;oltado para ampliar a todos os al: nos as oport: nidades de sistematização e apro7: ndamento das aprendizas básicas, imprescindí; eis para o prosse8: imento dos est: dos.

§ 2º Considerando as características de desen; ol; imento dos al: nos, cabe aos pro7essores adotar 7ormas de trabalho q: e proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de a: la e as le; em a explorar mais intensamente as di; ersas lin8: as artísticas, a começar pela literat: ra, a : tilizar matérias q: e o7eçam oport: nidade de raciocinar, man: seando – os e explorando as s: as características e propriedades (BRASIL, 2010).

Para materialização das ações, d: as propostas peda8ódicas 7oram implantadas e contin: am sendo implementadas (Proposta para Alfabetizar Letrando e a Alfabetização Matemática), q: e contemplam plenamente as Diretrizes do Ciclo de Alfabetização.

Analisando a sit: ação ed: cacional do m: nicípio de Pilão Arcado estado da Bahia detecto: -se q: e apesar das tentati; as de implementar m: danças nesta área ainda há m: itos aspectos q: e merecem : m olhar a8: çado no sentido de prod: zir o: ampliar as m: danças.

Dentre os ; ários 7atores relacionados pode-se se mencionar a sit: ação da alfabetização de crianças do campo, indí8enas, q: ilombolas e de pop: lações itinerantes no q: e se re7ere à prod: ção de materiais didáticos especí7cos, q: al pode se a7rmar q: e o m: nicípio dispõe de Ed: cação de campo, q: ilombola e de pop: lação itinerante, os q: ais têm acesso ao material didático q: e dá s: bsidio para q: e o ed: cador desen; ol; a a s: a prática ed: cati; a em sala de a: la, porém a com: nidade q: ilombola mesmo estando escrita no censo escolar e recebendo materiais especí7cos do MEC, não se a: to – reconhece como q: ilombo.

Neste sentido, percebe-se q: e necessidade de desen; ol; er : m trabalho de conscientização abordando a importância deste reconhecimento de s: a identidade c: lt: ral para isso 7alta re: nir a com: nidade b: scando estratégias q: e os 7aça

entender a s: a sit: ação e estabelecer : m decreto rea7rmando s: a identidade.

Q: ando a q: estão em debate é sobre a existência de apoio à alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as s: as especificidades, incl: si; e a alfabetização bilín8: e de pessoas s: rdas, compreender-se q: e na realidade não existe. As crianças com al8: m tipo de deficiência não recebem do m: nicípio : m tratamento diferenciado no q: e se refere a s: a especificidade.

E na q: estão dos al: nos com deficiência a: diti; a q: e enfrentam inúmeros entras; es para participar da Ed: cação escolar em decorrência da perda de a: dição são prej: dicados na 7orma como se estr: t: ra as propostas ed: cacionais da escola.

O q: adro de 7ncionário do m: nicípio não conta com a presença de professores q: e domine a Lin8: a8em Brasileira de Sinais (LIBRAS), por isso a 7alta de profissional bilín8: e q: e acompanhe o al: no em todo o processo ed: cati; o tem di7c: ltado desse modo se: potencial co8niti; o, sócio – a7eti; o, lin8: ístico e político – c: lt: ral tendo assim perda considerá; el no se: desen; ol; imento ensino – aprendiza8em.

Um ponto considerá; el nesta disc: ssão é sobre a implementação do Ciclo de Alfabetização, como ela é realizada a re; isão dos espaços e tempo escolares, das propostas pedagógicas, bem como a : tilização de jo8os didáticos literários e li; ros didáticos de q: alidade.

D: rante as disc: ssões para sobre estes aspectos entende: -se q: e não há : ma implementação do círc: lo de alfabetização como também não é realizada : ma re; isão nos espaços escolares sabendo q: e os mesmos não estão adeq: ados para atender o público do círc: lo de alfabetização como também não há : m le; antamento de dados para saber q: antas crianças dentro dessa 7aixa etária estão 7ora da escola.

Portanto percebe-se q: e neste q: esito o m: nicípio precisa melhorar as s: as ati; idades, pois o mesmo não poss: i nenh: ma proposta pedagógica sendo este público atendido apenas pelo pro8rama 7ederal e estad: al (PACTO E PNAIC), onde recebemos os rec: rsos pedagógicos adeq: ado a esta 7aixa etária como jo8os didáticos, li; ros literários e de boa q: alidade.

Ao abordar como se desen; ol; e o processo de a; aliação do m: nicípio em relação às a; aliações externa: Pro; inha Brasil, A; aliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o A; alie Alf, considero: -se necessário citá-las separadamente em ; irt: de

das distinções de tratamento dispensado a cada : ma delas.

A pro;inha Brasil a Secretaria M: nicipal de Ed: cação recebe e transfere as mesmas para q: e o professor at: ante na sala de a: la apliq: e. Os res: ltados são de; ol; idos a Secretaria de Ed: cação a q: al cadastra os dados ; ia e-mail. A a; alie alã se8: e os mesmos moldes da pro;inha Brasil. ANA é : m sistema de a; aliação em q: e os aplicadores recebem treinamento. Porém após a aplicação de cada : ma delas não há doc: mentos q: e compro;em a realização de : ma re: nião especialmente destinada a re7exão dos res: ltados e s: a in7: encia no processo ed: cati; o do m: nicípio.

No q: e se re7ere a existência de ações pedagógicas implantadas em prol da inte8ração da Ed: cação In7antil e o Ciclo de Alfabetização é correto a7rmar q: e existe sim, são os programas do 8o; erno 7ederal PACTO E PNAIC, : ma ; ez q: e ambos b: scam : m processo de alfabetização sobre a perspecti; a do letramento.

Um ponto importante q: estionado 7oi se o m: nicípio estim: la os sistemas de ensino e as escolas a criarem instr: mentos de a; aliação, monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os al: nos até o 7nal do terceiro ano do Ensino F: ndamental.

A resposta dada 7oi : ma asserti; a ne8ati; a, : ma ; ez q: e in7elizmente as a; aliações ainda não ino; aram e contin: am no sistema de medida q: antitati; a, sobre; alorizando a nota 7nal. Porém existe : ma b: sca no âmbito Secretaria M: nicipal de Ed: cação em melhorar este sistema de a; aliação em q: e pre8a realizar : ma a; aliação bimestralmente em cada núcleo considerando – se a realidade e c: lt: ra de cada localidade, entretanto ainda está na 7ase de conscientização e esbarra em di7c: ldade para a s: a implantação apesar q: e : ma de7esa acirrada para as m: danças no processo a; aliati; o.

As aborda8ens sobre a sit: ação do m: nicípio tro: xeram à tona a sit: ação do : so de tecnologias no inda8ando se o m: nicípio tem projetos pedagógicos implantados com : tilização de no; as tecnologias ed: cacionais para a alfabetização de crianças.

Esta resposta ca: so: d: ; ida, porq: e de imediato tem-se a sensação de q: e a maioria das escolas m: nicipais tem a s: a disposição rec: rsos tecnológicos q: e as a: xilie no processo de ensino e aprendiza8em, mas le; ando em consideração as condições do m: nicípio como : m todo, atrib: i -se a resposta ne8ati; a, apesar da

sociedade está na era digital, a maioria das escolas ainda não dispõe de material tecnológicos que atenda a necessidade de todos, porque analisando a situação geral do município é possível encontrar dificuldades que nem sequer dispõe de energia elétrica e isto impossibilita a inserção das tecnologias nestas escolas. Um ponto importante foram as discussões relacionadas as políticas instituída para o processo de formação inicial e continuada dos educandos no município.

Nesta que estão fez-se necessário buscar informações externas a Secretaria Municipal de Educação para não incorrer no risco de produzir informações incorretas. Diante desta pesquisa constato: -se que de formação inicial existe sim, o PNAIC e o PACTO, programas federais adotados pelo município, os quais periodicamente proporcionam aos educadores cursos de formação, palestras as quais são direcionadas especialmente para o trabalho com o educando em ambiente escolar.

De formação continuada o município dispõe do PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) que é passo a ser chamado de Centro com infraestrutura e fortalecimento de vínculo (CCFV), nesta formação as crianças participam de oficinas, atividades extracurriculares, atividades esportivas, são atendidos por profissionais da saúde e da assistência social os orientadores julgar necessário.

Para participar desta formação a prioridade a criança o adolescente sejam beneficiário do programa bolsa família, deve estar matriculado na escola e atende crianças de 06 a 11 anos de idade por faixas etárias no horário oposto da escola.

No que é tanto a proposta pedagógica perpassa se a mesma garante o aluno alfabetizado ao final do terceiro ano. Acredita-se que sim, em decorrência da proposta do programa PACTO e PNAIC, do Governo Federal em que propõe metodologia de trabalho no qual estimula a leitura e a alfabetização matemática através do letramento e estende para os alunos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Porém sabe-se que a política de inserção e concretização depende da postura do professor em sala de aula e nas classes em que há preocupação com o trabalho educacional o sistema de ensino tem melhorado contudo de forma lenta, mas vez que a educação não tem retorno imediato.

Infortunadamente sobre as escolas se selecionam, certificam e divulgam tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asserenda a dificuldade de métodos e propostas pedagógicas a resposta é negativa, pois, para a maioria das

temas de alfabetização ainda não são inseridas essas tecnologias dentro da proposta pedagógica.

2.3.3 Educação Integral

O município de Pilão Arcado não possui uma política própria de ampliação de espaço escolar, que contemple a educação integral, exceto as 2 (duas) creches municipais e 1 (uma) filantrópica que oferecem esse tipo de atendimento. Pois o nosso município não aderiu ao programa Mais Educação e a educação básica em horário integral no referido município. E para acontecer a educação integral, é preciso reestruturar os prédios para atender a demanda e aderir as políticas educacionais e públicas; voltadas para o bom andamento das escolas do município.

O tema suscita discussões acerca da necessidade da estruturação do espaço físico, habilitação dos profissionais, recursos, adequação da grade curricular e projetos pedagógicos para atender a comunidade da Educação Básica local.

Cientes que as manifestações sociais só acontecerão se a escola oferecer um espaço físico apropriado, profissionais habilitados, com o auxílio dos pais e da comunidade com a prioridade de construir uma sociedade organizada à medida que a melhoria da educação da nossa cidade avançará se ela se tornar um assunto de interesse de todos.

Em nosso Município a maioria das escolas é do campo, assim como, existem duas comunidades quilombolas que também não são atendidas pela educação em tempo integral.

Além das ações mencionadas, o Município não oferta educação especializada com profissionais habilitados, pois é necessário que haja sala multimedial e atendimento adequado, sendo que é registrado um número expressivo de alunos que precisam desta modalidade educacional.

Assim, a efetivação do processo democrático instituído como política pública educacional articulada entre assistências básicas, como: saúde, esporte, cultura e lazer, a realização de palestras com temas variados, programas sócio educacionais, educação cidadã, higiene bucal, planejamento familiar, prevenção a DSTs, drogas,

promoção de modalidades esportivas e atividades culturais, na interação das Secretarias de Educação, Cultura, Saúde, Ação Social e Esporte.

Em suma, ainda que o Sistema Educacional de nosso Município se encontra a frente desta perspectiva, a proposta do Plano Municipal de Educação que estabelecerá metas e consequentemente a qualidade no ensino, garantindo o pleno desenvolvimento e a permanência com sucesso na Escola, pois o aluno é o centro do processo.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

O Município de Pilão Arcado, de acordo com os dados coletados, apresenta vários desafios os quais precisam ser transpostos, para que em um futuro próximo possamos ter uma educação básica de qualidade.

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se a necessidade de traçar estratégias para elevar os altos índices de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no turno noturno de toda rede municipal de ensino que apresenta uma grande taxa de distorção idade-série. Vale ressaltar que o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental nos anos de 2007, 2009 e 2011 alcançaram as metas projetadas pelo governo, já no ano de 2013 não consta resultados, pois o número de participantes da Prova Brasil foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados.

No que se refere aos anos iniciais do ensino Fundamental, o Município sofre uma lixeira queda nos resultados do IDEB nos anos de 2007 e 2009. Em seguida com o mesmo trabalho efetivo realizado na rede municipal de ensino, priorizando a prática pedagógica do docente, o Município voltou a crescer, no entanto ainda ficou muito abaixo das metas projetadas nos anos de 2011 e 2013. Com maiores índices de desistência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pois sabe-se, que as dificuldades de leitura e escrita perpassa pelos alunos até as últimas etapas da Educação Básica. Diante disso, medidas foram adotadas como adesão de programas do governo Federal e estadual PACTO/PNAIC, com o objetivo de melhorar o processo de alfabetização nos anos iniciais visando uma aprendizagem de qualidade que incentive a leitura e escrita e a alfabetização

matemática. Nesse sentido, o PNAIC ;eio contrib:ir para melhor desen;ol;imento na prática peda8ódica do docente.

O m: nicípio realizo: al8: mas ações como projetos de leit: ra e escrita, 7eira de Ciências, além dos rec:rsos recebidos do FNDE : tilizados nos cantinhos de leit: ra, como também s:8estões de materiais manip: lá;eis para melhor compreensão da al7abetização matemática.

Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013.

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
		IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
		2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil	Total	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,7	3,2	3,5	3,7	3,3	4,0	4,2
		2,7	3,4	3,8	4,2	4,3	5,0	2,8	3,0	3,1	3,3	3,4	4,8
Rede Estadual do se: M: nicípio		2,9	--	--	--	--	5,2	3,0	3,4	2,4	--	--	5,0
Rede Municipal do se: M: nicípio		2,5	2,3	2,2	3,2	3,5	5,1	2,3	3,1	2,5	2,8	--	4,5

Fonte: IDE/MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/8eraTabela.php>>. Acesso em: 30 de maio 2015.

Em relação ao IDEB, existem no m: nicípio 163 escolas, sendo q: e apenas 18 passaram pela a;aliação da Pro;a Brasil. Embora, esses res:ltados indicam 7atores rele;antes para ed:cação, as escolas do m: nicípio não poss:em :ma sistemática de acompanhamento dos res:ltados. Cont:do, sabemos q: e os res:ltados contrib:em de 7orma si8ni7icati;a, o7erecendo oport:nidade para re;er a prática peda8ódica dos pro7essores da rede, com o objeti;o de 8garantir :ma aprendizagem de q:alidade.

É importante ressaltar q: e o m: nicípio, desde o ano de 2000 ;em realizando al8: mas ações, ;isando à melhoria da Ed:cação Básica em parceria com os entes 7ederados, União e Estado, em prol da Ed:cação do m: nicípio. Entre os q:ais podemos citar:

- 1) Formação continuada para professores do ensino Fundamental II e gestores escolares oferecidos pelo IAT, de acordo com as ações articuladas do município;
- 2) Concurso Público para professores;
- 3) Implantação do Plano de Carreira para valorização dos profissionais em educação;
- 4) Transporte escolar para atender os alunos da rede, inclusive para os do campo, em parceria com o Governo Federal através do Programa Caminho da Escola;
- 5) Acompanhamento pedagógico aos docentes por meio de encontros realizados mensalmente nas instituições de ensino do município.

Mesmo assim, sabemos que ainda há muito que fazer no que se refere à educação pública do município. Como por exemplo: melhoria nas estruturas físicas das escolas municipais com rampas e equipamentos de acessibilidade; ferramentas tecnológicas como, por exemplo, laboratório de informática com acesso à internet; formação continuada para os professores nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática; criação da sala de recursos multifuncionais para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais; fortalecimento da parceria família/escola; aquisição de bibliotecas, assim como também laboratórios de ciências.

Com relação aos resultados do IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, foi identificado que o maior índice de reprovação se encontra no 4º e 6º ano, acredita-se que o motivo de tal resultado no 4º ano se dá por conta dos discentes saírem do ciclo de alfabetização sem conseguir se apropriar da leitura e escrita, já no 6º ano tal fato ocorre devido a esse problema também, e à não adaptação referente ao número de disciplinas e professores.

Estando ciente da árdua tarefa de melhorar a qualidade da Educação Básica, no entanto, diante de ações articuladas, planejamentos, estratégias, comprometimento por parte dos profissionais da educação e responsabilidade dos gestores, conseguiremos alcançar consideravelmente e, assim, melhorar os índices da Educação Básica.

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No longo processo educati; o pelo q; al a Educacão de Jovens e Adultos passo: , muitas transformações ocorreram, mas o caráter básico – considerar desescolarizado o estudante adulto- não mudou: .

A educação de jovens e adultos surgiu no Brasil, na década de 1930, para atender a parcela da população brasileira que não teve acesso à escolarização na idade própria, impossibilitados pela necessidade de sobrevivência e a falta de ensino para todos.

Essa modalidade de ensino fez-se necessária em virtude das transformações pelas quais a sociedade brasileira passa; a. Fatores como o processo de industrialização e o crescimento da população urbana, impulsionaram a ampliação da educação elementar, pelo governo federal, traçando diretrizes educacionais para todo país, estendendo o ensino aos adultos, mais especificamente na década de 1940.

Em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos em âmbito nacional, criando-se as escolas supletivas, consideradas deficientes no aspecto administrativo, com pouco aprendizado superficial, considerando o adulto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas.

Na década de 1950, o pensamento pedagógico começou a atuar, criticando algumas tendências educacionais já existentes. O precursor desta nova tendência foi Paulo Freire, que elaborou: uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora e que não negasse a realidade, mas que fosse transformando, através do diálogo, levando em conta as dificuldades regionais e locais.

Com o golpe militar em 1964, os programas de alfabetização e educação popular, que haviam até então se multiplicado, foram vistos como uma ameaça à ordem, sendo, então, criados programas assistencialistas e conservadores a exemplo do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, implantado de forma massiva, porém superficial, feito de uma sociedade de época, vazio de todo sentido crítico e problematizador, o que seja, sua função não era levar o adulto analfabeto a participar de benefícios de uma sociedade “moderna”. Porém, havia algumas experiências isoladas de alfabetização com propostas mais críticas, iniciadas a movimentos populares.

Com o início da abertura política, na década de 1980, emergiram os movimentos sociais e, com isso, as experiências, acima, foram ampliando-se e os projetos de alfabetização se desdobraram em forma de pós-alfabetização, extinguindo-se o MOBREAL. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – FUNDAÇÃO EDUCAR, que objetiva apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de jovens, entidades civis e empresas a ela conexas.

Na última década do milênio, verificou-se que, embora tenham sido ações visando à erradicação do analfabetismo, a enorme dívida social herdada por um modelo de desenvolvimento que não promoveu justiça social, não foi extinta.

Conforme dados do IBGE, em 1996, dos brasileiros com 15 anos ou mais, 15.3 milhões (14.2%) não completaram sequer um ano de escolaridade, 19.4 milhões (18.2%) têm apenas de 1 a 3 anos de instrução, e outros 36 milhões (33.8%) completaram de 4 a 7 anos de escolaridade. Pode-se constatar que 70.7 milhões de brasileiros não completaram o ensino fundamental e tinham, no entanto, este direito assegurado pela Constituição Federal.

O Estado da Bahia, concomitantemente ao cenário nacional, iniciou todas as tendências e direções na modalidade de EJA, adaptando-se ao desenvolvimento e crescimento socioeconômico da população, bem como, às necessidades, implicando a busca pela escolarização e complementação dos estudos.

Como na maioria dos municípios baianos, a luta contra o analfabetismo no município de Pilão Arcado teve início em meados da Década de 1980, com a chegada do Programa Mobral¹². Programa este de responsabilidade do Governo Estadual, sem êxitos positivos, pois só atingiu uma pequena parcela da população.

No final da Década de 1990 até o início de 2000, em função dos resultados alarmantes do Censo em que o Município de Pilão Arcado apresentou um índice muito alto de analfabetismo, o Governo Estadual implantou o Programa EJA BAHIA, que tinha por objetivo garantir a população não alfabetizada tanto do meio rural quanto no meio urbano o direito à alfabetização proporcionando não apenas a aprendizagem do ler, escrever e contar, como também as ferramentas de análise e reflexão sobre a realidade, respeitando-se as diversidades locais e culturais. Além

disso, tinha como perspectiva de garantir aos alfabetizados a continuidade dos estudos em escolas da rede estadual e municipal.

O município também aderiu ao PBA - Programa Brasil Alfabetizado que veio com a mesma proposta de erradicar o analfabetismo em parceria à ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, AJA BAHIA, SABERES DAS ÁGUAS, PESCANDO LETRAS e hoje o TOPA - Todos pela Alfabetização. Nesse mesmo período, aconteceu a adesão do Programa de Educação de Jovens e Adultos que tinha por finalidade garantir a continuidade dos estudos desses alunos egressos dos respectivos Programas de alfabetização.

Desses programas aderidos no município, houve de forma específica o atendimento para a população de Pescadores e Pescadoras artesanais, pelo fato do município se localizar às margens do Rio São Francisco, sendo eles PESCANDO LETRAS E SABERES DAS ÁGUAS.

Infelizmente, em dias atuais, o município não está ofertando educação para esta modalidade de ensino, conta apenas com o Estado garantindo ensino fundamental e médio e STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o Programa de Alfabetização TOPA para atender essa população de jovens e adultos. A população residente dentro da faixa etária de 15 a 25 anos é mais, segundo dados do IBGE, soma-se 22.272 pessoas, em consequência da ausência municipal nessa modalidade de ensino apenas 4.404 pessoas frequentam a escola (IBGE, 2010). Sendo que a maior parte dessa população encontra-se na zona rural, onde não tem acesso para essa modalidade de ensino.

Tabela 20. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Pilão Arcado, por dependência administrativa e localização (2011/2015)

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	-	-	81	-	81
2012	-	-	90	-	90
2013	-	-	72	-	72
2014	-	-	166	-	166
2015	-	-	170	-	170

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Segundo dados levantados, tendo como fonte, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, os resultados mostram: a realidade para se pensar em eficientes estratégias, a fim de ofertar: a educação que por direito é de todos sem distinção de raça, cor, sexo e faixa etária sendo esta injustamente penalizada por: um processo histórico-cultural, contudo não foram contempladas na correta idade-série. Até 2010, das 22.272 pessoas de 15 anos ou mais, apenas 29,73% não estavam alfabetizadas.

Pensando-se nos números da tabela, de forma parcial, a população de até 15 ou mais anos, estão baseadas no censo de 2010, não há dados que possibilite: a análise dessa população atualmente. Mesmo assim ainda há 42,30% dessas faixas etárias não alfabetizadas. Como já citado não há oferta de educação para essa modalidade pela rede municipal apenas Estado e Sindicato (Rural) tem como premissa tentar corrigir de forma extremamente tímida como mostra a tabela abaixo, o déficit de escolaridade dessa população.

Tabela 21. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de alfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 anos	49,28	21,98	9,87	28,18	66,67	83,38
18 a 24 anos	47,67	27,05	10,77	9,75	31,50	35,05

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia/ Secretaria de Educação Municipal/ NRE.

Levando em consideração os anos mostrados na tabela percebe-se: um acréscimo significativo com: um índice de 109,8% de matrículas iniciais para essa modalidade. Em análise atual timidamente os dados nos mostra: a educação de apenas 2,5% desse alumnado matriculado. Durante os anos de 2011 a 2013 houve: uma oscilação quanto ao número de alunos frequentando essa modalidade de ensino. Vários fatores contribuem para esse elevado índice de jovens e adultos fora da escola, dentre eles metodologias desatualizadas, falta de assistência por conta do trabalho, e principalmente pelo fato do município não atender essa população.

A tabela acima mostra que de 1991 a 2010 houve um aumento significativo no índice de atendimento e na diminuição da taxa de analfabetismo, especialmente na população de 15 a 17 anos. Ações da SME realizadas para essa modalidade, como expansão da oferta em todas as localidades do campo, contribuíram para o melhoramento dos dados.

No que se refere à população de 18 a 24 anos, o índice de atendimento também foi positivo. Percebe-se que houve uma elevação positiva entre 1991 a 2010, nessa taxa de atendimento.

No que diz respeito à população adulta acima de 25 anos, temos a seguinte situação:

Tabela 22. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo	1991	2000	2010
25 a 29 anos	49,47	33,28	18,43
25 anos ou mais	62,89	48,70	38,38
Percentual de Atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola	-	10,23	13,12

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 14 jun. 2015

É possível observar que há um crescimento considerável entre os anos de 1991 a 2010 entre os dois índices apresentados, porém é preciso olhar mais atentamente e que se faça mais para que possamos obter resultados melhores, pois sabe-se que essa população segundo Paulo Freire (1987) é a classe oprimida em que se encontra social e economicamente pobre.

No momento o município não se atenta para a que estão de buscar parcerias com os Governos Federal e Estadual no que se refere à implantação de Programas que possam ajudar a minimizar o índice de analfabetismo e elevar mais ainda o nível de educação da população jovem e adulta.

Diante disso é preciso que mais políticas públicas sejam pensadas e executadas no sentido de oferecer uma educação para jovens e adultos com características adequadas às suas necessidades e disponibilidades de tempo, garantindo aos jovens trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola, conforme preconiza artigo 37 da LDBEN nº 9.394/96.

Para que esta modalidade seja contemplada de forma eficiente e com qualidade se faz necessárias medidas pedagógicas e metodológicas, no sentido de proporcionar uma educação contextualizada que possa não só alfabetizar, mas também ingressar no mercado de trabalho, que a todo momento requer profissionais qualificados até para que esse indivíduo possa sentir-se incluído na sociedade pertencente. O material didático disponibilizado pelo MEC para essa modalidade de ensino apresenta metodologias diversificadas.

Segundo informações da rede estadual, ainda não há uma proposta pedagógica específica para a EJA com orientação curricular. Nesse sentido faz-se necessário a construção dessa proposta, que garanta condições adequadas para o funcionamento dessas turmas.

Em fim, se todas as instâncias se unirem em prol de uma educação de qualidade poderemos presenciar em nosso futuro próximo índices positivos na educação como em todo. E assim podemos minimizar o índice de evasão não só dessa modalidade, mas de todas as modalidades de ensino, principalmente nas escolas do campo que é onde se concentra a maior parte da população do município de Pilão Arcado.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

O município de Pilão Arcado, conta com uma população estimada em 32.860 habitantes de acordo com o IBGE. Abrange um território de 11.731,503 km², situada às margens do Rio São Francisco, limitando-se com sete municípios, além de fazer divisa com o estado Piauí. Ao entorno disso tudo, Pilão Arcado, dispõe de um arsenal de belezas naturais tais como: brejos onde possui ainda hoje pântanos, açudes e diques, nas demais regiões preponderam serras, fauna e flora riquíssimas, tendo como bioma a caatinga.

As características acima descritas nos apresentam um potencial muito forte do município de Pilão Arcado com foco nas tendências agrícolas: caprinocultura, horticultura, ovinocultura, piscicultura, apicultura e meliponicultura, fiticultura, extrativismo de plantas nativas.

O município dispõe de 14 núcleos distribuídos ao longo do seu território. Parte dos alunos matriculados são oriundos do campo, chegando a quase o total de 1179 alunos de diversas localidades do Município (2014), sendo, aproximadamente,

630 al: nos transportados. Porém não há nenh: ma o7erta de c: rsos pro7ssionalizantes destinados a essa modalidade de ensino.

Em ; irt: de de o m: nicípio ter 8grande extensão territorial e estar distante das cidades circ: n; izinhas q: e o7ertam c: rsos pro7ssionais em ní; el médio e s: perior, bem como as baixas condições econômicas das 7amílias, 7azem com q: e os al: nos desse m: nicípio não tenham acesso a esses c: rsos.

Portanto, 7az-se necessária a implantação de : nidades escolares para q: e toda a com: nidade pilaoarcadence seja bene7ciada com os c: rsos pro7ssionalizante. Uma ;ez q: e, a in7traestr: t: ra das escolas não contemplam a inserção de c: rsos pro7ssionalizantes, principalmente àq: eles q: e req: erem imobiliários e rec: rsos pedagógicos próprios.

É possí; el ainda ; is: alizar q: e não existe : ma o7erta no setor de ed: cação técnica, tendo em ; ista q: e m: itos jo; ens proc: ram esses ser; iços 7ora do m: nicípio.

Vale ressaltar q: e q: alq: er implantação de c: rso técnico de; erá partir de : ma pesq: isa in; esti8ati; a q: e apresente as demanda reais e prioritárias em todo o m: nicípio além da necessidade de incenti; o e parcerias entre os 8o; ernos M: nicipal, Estad: al e Federal, a 7m de a7nar o diálogo sobre tais necessidades, além de parcerias com ONGs. Uma ;ez q: e não há o7erta de 7ormaçoão pro7ssionalizante em nenh: ma es7era pública, seja ela m: nicipal, estad: al e 7ederal.

2.4 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O M: nicípio remetendo-se ao q: e preconiza o Plano Nacional de Ed: cação, q: ando destaca q: e a ; alorização dos trabalhadores em ed: cação, especialmente os q: e at: am na docência, só poderá ser obtida atra; és da 7ormaçoão inicial e contin: ada, das condições apropriadas de trabalho, de jornada compatí; el, de rem: neraçoão condi8na, da carreira baseada na tit: laçoão e na e; ol: ção 7 ncional, por entender q: e essas q: estões são indispensá; eis. É nesse contexto q: e o M: nicípio de Pilão Arcado não pode abandonar o papel de dar Primazia à q: alidade da ed: cação, tendo como princípio 7 ndamental a ; alorização de todos os pro7ssionais q: e at: am diretamente na área da ed: cação: os pro7essores, coordenadores pedagógicos q: e exercem ati; idades de ensino e de aprendiza8em e

os q: e at: am em ati; idades necessárias ao 7. ncionamento administrati; o das : nidades de ensino e técnica da Secretaria M: nicípio Ed: cação.

Mediante a lei nº 069/2009, o M: nicípio institui o Plano de Carreira e Valorização dos Pro7ssionais da Ed: cação, q: e estabelece o piso salarial, pro8ressão na carreira por 8rad: ação, aper7eioamento e tempo de ser; iço. Vale ressaltar q: e a constr: ção do doc: mento foi elaborada com a presença e participação democrática dos representantes do Ma8istério Público M: nicípio e Poder Público e o res: ltado 7nal é : m plano condizente com os anseios da Classe.

Tabela 23. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal - 2010

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes ³					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Re8: lar – Creche	12	17	-	25	-	42
Re8: lar - Pré-Escola	17	42	-	-	-	59
Re8: lar - Anos Iniciais do Ensino F: ndamental	20	20	-	122	-	162
Re8: lar - Anos Finais do Ensino F: ndamental	136	155	-	22	-	323
Ed: cação de Jo; ens e Ad: ltos - Anos Iniciais do Ensino F: ndamental/Presencial	-	-	-	-	-	-
Ed: cação de Jo; ens e Ad: ltos - Anos Iniciais do Ensino F: ndamental/Semipresencial	-	-	-	-	-	-
Ed: cação de Jo; ens e Ad: ltos - Anos Finais do Ensino F: ndamental/Presencial	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria M: nicípio de Ed: cação 2015. Acesso em 11/05/2015

Con7orme tabela em anexo a rede m: nicípio dispõe de 586 docentes, 71,50% poss: em 8rad: ação com licenciati: ra, destes 13,82% at: am na Ed: cação In7antil. No Ensino F: ndamental I - 6,82% e nos anos 7nais do Ensino F: ndamental o percent: al de pro7ssionais 8rad: ados e licenciados é de 49,65%. Percebe se nos

dados a acima : m percent: al de 28,83 de pro7essores a Ní; el de Ma8istério. Número relati; amente 8 grande já q: e o Go; erno Federal exi8e a 8rad: ação de todo corpo docente. Diante da análise 7ca e; idente a necessidade de políticas m: nicipais q: e 8arantam a 7orma7ão de todos os Pro7issionais do Ma8istério ;isando a q: ali7ca7ão pro7issional.

Nota-se con7orme tabela abaixo para este ano leti; o de 2015, : m n: mero de 575 docentes e 17 coordenadores peda8ódicos distrib: ídos nas redes M: nicipais, Estad: ais e Partic: lares.

Tabela 24. Número de pro:essores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013.

Pro7issionais do Ma8istério	Ed: ca7ão In7antil			Ensino F: ndamental			Ensino Médio			Total
	Estad: al	M: nicipal	Partic: lar	Estad: al	M: nicipal	Partic: lar	Estad: al	M: nicipal	Partic: lar	
Pro7essores	-	30	9	24	455	29	28	-	-	575
Coordenadore s	-	3	-	-	14	-	-	-	-	17

Fonte: Secretaria M: nicipal de Ed: ca7ão e Núcleo Re8ional da Ed: ca7ão (NRE 10) 2015.

Obser; a se : ma necessidade : r8ente da presen7a de Coordenadores Peda8ódicos nas Unidades de Ensino, ; isto q: e o desen; ol; imento do processo ensino aprendizagem e das ati; idades peda8ódicas são acompanhadas por esses pro7issionais.

Perpassando pela Ed: ca7ão In7antil m: nicipal nota se : m coordenador para dez docentes. No q: e tan8e a Ed: ca7ão F: ndamental a rele; ância se torna ainda mais si8ni7icati; a, pois são q: atorze Coordenadores m: nicipais para 455 docentes, distrib: ídos em q: atorze núcleos localizados n: ma área territorial de aproximadamente 12mil km², di7c: ltando ainda mais o trabalho de coordenação de; ido o 8 grande tempo no deslocamento entre as Unidades de Ensino, bem como a 7alta de in7raestr: t: ra e materiais peda8ódicos. A rede Estad: al o7erece a ed: ca7ão em ní; el F: ndamental e Médio em d: as Unidades de Ensino localizadas na Sede, contando com 24 pro7essores no 7: ndamental II e com 28 pro7essores no Médio, e em parceria com o M: nicípio o Estado o7erece esta modalidade em 09 dos núcleos m: nicipais, contando com cerca de 150 pro7issionais cedidos pelo M: nicípio. Todo o processo ensino aprendizagem tem sido realizado sem acompanhamento de coordenação peda8ódica. Al8: ns desses núcleos localizados na zona r: ral do

m: nicípio estão distantes da sede cerca de 230km, como é o caso das escolas m: nicipal de Redenção e Vila Bal: arte.

A rede partic: lar at: a com d: as Escolas localizadas na sede, Colégio Rosas com 17 Pro:essores, 3 na Ed: cação In:antil e 14 no Ensino F: ndamental I e II, e Escola Tropicália com 21 Pro:essores, 6 na Ed: cação In:antil e 15 no Ensino F: ndamental I e II. Ambas não contam com Coordenação Peda8ódica.

Se8: ndo a tabela abaixo obser; a se o ní; el de escolaridade do pessoal de apoio da rede m: nicipal.

Tabela 25. Pro:issionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2015

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	33	10	11	12	-
Vi8ilante	26	11	3	12	-
Ser; iços Gerais	335	54	114	167	-
Secretário Escolar	20	-	-	15	5
Porteiro	20	-	8	12	-
O: tros	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria M: nicipal de Ed: cação, 2015.

Dos 434 pro:issionais de apoio técnico administrati; o, 17,28% tem o ensino 7: ndamental incompleto, 31,33% concl: íram o ensino 7: ndamental II e 50,23% 7: rmação em ensino médio.

Os 7: atos apontam a necessidade de : ma politica de 7: rmação para a q: ali7: cação e ; alorização pro:issional desta classe. O m: nicípio atento a esta demanda atra; és da Lei 47/2009, instit: i: o Estat: to dos Ser; idores Público do M: nicípio, q: e 8arante ; encimentos e ; anta8ens, 8rati7: cações e adicionais, bem como a7: astamento para capacitação o: 7: rmação contin: ada.

Tabela 26. Profissionais em Educação por situação funcional na rede municipal em 2015

Cargos	Nº Total	Situação Funcional				
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Merendeira	41	33	-	8	-	-
Vigilante	26	26	-	-	-	-
Serviços Gerais	500	335	-	26	139	-
Secretário Escolar	20	-	-	20	-	-
Porteiro	20	20	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

A tabela acima destaca o número de 607 funcionários de apoio, 68,20% efetivos, 8,90% temporários e 22,90% terceirizados, a não mais e; identificados a serviços gerais com o total de 500 servidores, sendo 335 concursados, 26 temporários e 139 terceirizados.

Observa-se o número considerado de Professores contratados bem como de Pessoal de Apoio devido o fato das gestões anteriores ter realizado transferências de servidores sem o estudo prévio da real necessidade. Acarretando com isso a superlotação de servidores Efetivos na sede do município e consequentemente a ausência de profissionais concursados nas Unidades de Ensino da zona rural, levando a contratação de servidores temporários. O Município juntamente com o Ministério Público Federal através do MPDUC, está buscando alternativas para que as necessidades de apoio pessoal sejam atendidas mediante ao quadro de efetivos existente.

A respeito do desenvolvimento da prática pedagógica no que tange a educação infantil o município está buscando alternativas de formação continuada através de programas do governo Federal como o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Através do Instituto Anísio Teixeira – IAT, o Município

foi contemplando com o programa de formação continuada para os anos finais do Ensino Fundamental nas áreas de: História, Geografia, Ciências e Artes, Educação Física, Ciências Naturais e Educação Física.

Quanto à valorização dos Profissionais do Magistério o Município tem cumprido a Lei Federal 11.738/2008 no tocante a cumprir com o valor estabelecido para a jornada de trabalho de 40h semanal, todas as vantagens do Plano de Carreira partem do valor do piso vigente. Os aumentos dos servidores de apoio são reajustados de acordo aos índices aplicados anualmente sobre o salário mínimo pelo Governo Federal.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A Constituição Federal de 1988 reconhece a participação da sociedade civil no que refere a tomada de decisões em diferentes instâncias. O repasse de poderes dos órgãos Federal, Estadual e Municipal para os vários segmentos da comunidade escolar gerou o estilo gestão democrática escolar.

Gestão democrática escolar implica a participação de pais, professores, estudantes, funcionários na organização da escola: tomada de decisões, construção da proposta pedagógica, aplicação de recursos, planejamento, entre outros.

Quando a escola cria vínculos com a comunidade local, prioriza o que atenda às necessidades reais dos alunos, valoriza a cultura e os saberes da comunidade, assegura a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos.

Com essa perspectiva, o município de Pilão Arcado através da Secretaria Municipal de Educação – SME, em desenvolvimento ações que estimulem cada vez mais a participação da sociedade nas decisões das escolas.

O município sabe que é necessária a construção de conselhos escolares, como instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições na melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da participação e controle social. Estando em processo de formação dos conselhos escolares, o município tem fortalecido os conselhos municipais dando autonomia e apoio para participação e fiscalização das gestões. Entretanto existe a necessidade de formação de conselheiros para melhor atuação. Quanto a formação dos

conselheiros o município de Pilão Arcado, por se tratar de uma localidade distante de centros urbanos, cerca de 800 km da capital encontra dificuldades para capacitação presencial. Sendo assim as capacitações não acontecem como desejadas. Tem que buscar formas de superar as dificuldades que ora se apresentam por meios que não sejam encontros presenciais. Formar grupos de estudo e criar boletins informativos podem superar em parte, a carência do município.

Em relação aos recursos humanos não há constituição destes nas escolas da rede municipal. Entretanto as instituições escolares têm disponibilizado os seus espaços para utilização da comunidade.

No que se refere aos conselhos municipais estão em funcionamento o CAE- Conselho de Alimentação Escolar, o CME- Conselho Municipal de Educação e o FUNDEB- Conselho de controle e Acompanhamento Social do Fundo nacional da Educação Básica. Ambos os projetos foram criados por pessoas do setor pedagógico da SME e a comunidade escolar. Porém precisam ser reelaborados para melhor atender as necessidades atuais da comunidade. Quanto aos currículos escolares, plano de gestão escolar e regimento escolar ainda estão em processo de construção e adaptação.

Vale ressaltar que a pouca disponibilidade para participarem das reuniões e a falta de conhecimento de ambos os conselheiros tornam-se um empecilho. No que diz respeito ao bom funcionamento dos conselhos. No que se refere a merenda escolar, a SME distribui entre todas as escolas do município. Todo início de ano a SME com orientação dos nutricionistas fornece aos professores, diretores, vice-diretores e os conselheiros do CAE para fazer uma demanda dos produtos que serão consumidos pelos discentes. Além de produtos industrializados a merenda escolar do município também tem produtos da agricultura familiar. Depois de aprovados, os produtos são comprados e distribuídos nas escolas. Os conselheiros do CAE fazem o acompanhamento nas escolas principalmente nas escolas da sede pois não é possível percorrer todas as escolas da zona rural, devido a distância entre as escolas e a indisponibilidade de transporte.

Para favorecer os processos de autonomia das escolas no campo pedagógico, existe por parte do município o apoio nesta área pois as escolas possuem autonomia pedagógica para organizarem o ensino, desde que não

contrarie a legislação vigente. No que tange a gestão financeira as Unidades Escolares beneficiárias do Caixa Escola reúnem-se regularmente com o corpo docente a fim de decidir sobre os recursos e decidir juntamente com o corpo docente aquilo que é necessário, mas também recebemos da SME materiais didáticos para suprir as necessidades da comunidade escolar para os demais existentes na instituição.

O Caixa Escolar é uma Unidade Executora com personalidade jurídica de sociedade civil e direito privado e sem finalidade lucrativa, representativa da comunidade escolar não integrado a administração pública. É uma autonomia pedagógica administrativa e financeira, desta comunidade com participação da comunidade.

As comunidades executoras, ou seja, escolas com personalidade jurídica são contempladas com recursos federais para utilização frente as necessidades que fazem cada comunidade escolar. Esses recursos são heridos e de total responsabilidade da comunidade escolar administrada por seu presidente legalmente constituído em assembleia através de escolha da comunidade escolar com finalidade de cobrir despesas necessárias com materiais de consumo permanente. Essas despesas são denominadas de DESPESAS DE CAPITAL (Equipamentos e Material Permanente) e MATERIAL DE CONSUMO - material de consumo são materiais utilizados no processo para manutenção diária da vida na escola, e Equipamento e Material Permanente, são bens que tem vida útil acima de 02 anos e que servem para aumentar o patrimônio da escola. Os recursos financeiros contemplados pelas escolas, são destinados em bancos oficiais e de inteira responsabilidade do gestor(a) no caso, diretor de escola que utilizarão para pagamento a fornecedores, mediante aquisição de materiais, precedido de nota fiscal eletrônica e acompanhado de pesquisa de preço com o objetivo de obter o menor preço de mercado. O pagamento é efetuado após o recebimento do material será através de cheque nominal ao credor.

As demais são assistidas pela Secretaria Municipal de Educação. No que se refere à autonomia administrativa, os gestores não tem o poder de demitir ou sequestrar de funcionários. Nas escolas em que há necessidade de servidores temporários, assim sendo, são feitos contratos para suprir essas necessidades.

Quanto ao processo de escolha dos diretores, o diretor e Secretário escolar é feita por via de indicação política e regulamentada por Decreto do Poder Executivo e as nomeações são feitas através de portaria do

Prezeito Municipal. Além do diretor, vice-diretor e coordenador, as escolas contam com o Secretário escolar, auxiliar administrativo, serviços gerais, porteiros e merendeiras.

Para fazer parte do quadro de profissionais da educação de Pilão Arcado a maioria ingressa por meio de concurso público de provas e títulos. Quanto à formação destes profissionais dos 340 professores 194 possuem nível superior, muitos inclusive com pós-graduação.

Para atendimento ao público a Secretaria Municipal de Educação conta com uma estrutura que se porta e atende adequadamente à aqueles que e procuram: serviços, está organizada em diversos setores que e vai desde setor administrativo, pedagógico e recursos humanos conta com mais de 75 profissionais que e além de desenvolver os trabalhos pedagógicos, também atuam nos programas que e em recursos financeiros, programas destinado à formação de professores nas ações externas, além de participarem dos diversos conselhos municipais e prestarem atendimento a pais, alunos, professores e diretores que e procuram a SME.

Devido a grande extensão territorial do município, não é possível acompanhar periodicamente todas as escolas, mesmo tendo muitos coordenadores pedagógicos na SME. Porém eventualmente são realizados encontros pedagógicos com coordenadores escolares para orientações sobre o andamento do trabalho pedagógico nas unidades de ensino. Por isso os coordenadores desenvolvem atividades de apoio a docência tais como: planejamento, acompanhamento dos alunos, organizações de reuniões pedagógicas com pais e mestres.

As escolas possuem o Projeto Político Pedagógico- PPP criado pelos membros da escola juntamente com outras pessoas da comunidade entre elas pais de alunos, para juntos traçar metas direcionadas para melhoria do ensino e melhor desenvolvimento da instituição. Esse projeto deve ser a cada ano adaptado conforme a necessidade existente, pois deve ser flexível de acordo com as mudanças da clientela da escola e também pode haver mudanças no quadro de funcionários e dos sistemas de ensino.

De acordo com o Regulamento Unificado das Escolas Municipais de Pilão Arcado proposta pedagógica 00110693/2011 que e ministrará a educação infantil do 1º ao 9º ano tendo como Entidade Mantenedora Prefeitura Municipal de Pilão Arcado-BA. No art. 6º diz que e todas as unidades escolares de educação infantil,

Ensino Fundamental tem como objetivo o geral da Educação Nacional, o desenvolvimento pleno do educando, a conscientização dos seus direitos e deveres no exercício da cidadania, baseada na especialização profissional. O art. 7º fala que as Unidades Escolares Municipais tem como objetivo os específicos proporcionar ao educando a formação indispensável ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de ação realização, preparação para o exercício consciente da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A rede estadual no município é composta por um número reduzido de escolas, como podemos observar abaixo.

Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010							02		02
2011							02		02
2012							02		02
2013							02		02

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/8erarTabela.php>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

Aos poucos o Estado está deixando de atender o Ensino Fundamental e se dedicando ao ensino médio.

Com um número bastante significativo de escolas, o município apresenta o seguinte quadro.

Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	01		01	03		03	01		01
2011	01			03			01		01
2012	01			03	177	180			
2013	01	171	172	03	169	172			

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/8erarTabela.php>>. Acesso em: 16 Jun. 2015.

As escolas da zona urbana os anos iniciais do ensino fundamental tem sido as mesmas organizadas de forma seriada, mas a realidade diferente das escolas do campo, onde essas mesmas são organizadas na forma de multisseriada. Além das dessas mesmas são compostas também por alunos da pré-escola. Todas as escolas do campo situam-se distante da sede do município e muitos estão em localidade dispersas ficando por vezes sem apoio e/ou recursos pedagógicos. Na zona rural ainda existe escolas que não funcionam em locais adequados.

Como pode ser na tabela abaixo, das três dependências administrativas o município oferece maior número de prédios escolares atendendo assim somente o mero funcionamento de alunos. Porém, nota-se a falta de Creche na zona urbana e rural.

Tabela 29. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município Pilão Arcado, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche	0		02	02	01	01
Ed. Infantil – Pré-escola	0		04	04	03	03
Ensino Fundamental Anos iniciais	0		178	178	03	03
Ensino Fundamental Anos Finais	01	01	15	15	01	01
Ensino Médio	02	02				
Total	03	03	199	199	08	08

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/>>. Acesso em: 16 jun. 2015

No que concerne a educação fundamental, o município atende satisfatoriamente, entretanto no que diz respeito a educação infantil, precisa construir mais espaços e reformar os existentes.

2.6 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A Constituição Brasileira garante, em seu artigo 212, que a Educação é : m Direito de Todos e de; er do estado. Na tentativa de garantir : m padrão de qualidade em educação no país, diversos mecanismos foram criados: diversas leis foram estabelecidas atribuindo responsabilidades a cada ente federamental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) objetivando somar esforços em busca do interesse coletivo.

Nessa perspectiva, a LDBEN determina em seu artigo 69 que a União deve aplicar, anualmente, não menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, o que consta nas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

2.6.1 Investimento Público em Educação

Faz-se necessário aqui : m análise dos investimentos realizados no município de Pilão Arcado, para tanto utilizaremos informações constantes em diversas fontes tais como Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), relatórios fornecidos pela contabilidade entre outros encontrados no sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – SIOPE.

A tabela a seguir trata receitas com o setor educacional do município de Pilão Arcado, administradas pela prefeitura desde o ano 2010 até 2014.

Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Pilão Arcado, administradas pela prefeitura (2010/2014)

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras receitas	Total
2010	572.022,00	0,00	615.780,00	186.000,00	1.373.802,00

2011	598.800,00	117.849,10	0,00	813.221,99	1.934.218,59
2012	631.176,00	250.036,88	0,00	994.741,76	2.650.148,58
2013	234.396,00	261.159,52	0,00	1.039.293,70	1.534.849,22
2014	624.580,00	129.516,96	0,00	1.225.452,76	2.206.040,35

Fonte: Secretaria Municipal da Administração, 2015.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (art. 4º da **resolução Nº 38, de 16 de julho de 2009**). **Porém, os repasses da União para alimentação escolar no município de Pilão Arcado ainda é considerado insuficiente para atender à demanda no município, como afirma o Art. 3º da resolução Nº 38, citada anteriormente:**

“São diretrizes do PNAE:

*O **emprego da alimentação saudável e adequada**, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (grifo nosso)”.*

Diante do exposto, conclui-se que os repasses são insuficientes para oferecer uma alimentação saudável e de qualidade aos alunos da rede pública, apesar desses repasses; irem aumentando ao longo dos anos em análise.

O fator considerável é o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) que foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em áreas rurais que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Por motivos ainda desconhecidos não houve repasse referente ao PNATE no exercício 2010, o que compromete a educação do município no referido ano, obrigando o município a assumir as despesas com transporte escolar. A coleta “contínua” refere-se aos recursos provenientes do FNDE referentes ao programa

“CAMINHO DA ESCOLA”, utilizado para aquisição de ônibus escolares, enquanto a colação na “oportunidades” refere-se a recursos adicionais de repasses tais como o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e da cota Salário Educação.

Outros dados de importância também são as aplicações em educação pelo governo municipal, incluindo os diversos recursos disponíveis, considerando a legislação vigente.

Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Pilão Arcado, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	515.372,05	17.893.539,38	52.000,00	179.689,88	520.668,94	19.161.270,25
2011	3.003.823,55	19.929.277,49	200.000,00	200.000,00	468.320,98	23.801.422,02
2012	3.227.323,07	25.619.342,99	1.029,84	135.305,72	995.805,57	29.978.807,19
2013	2.586.183,74	24.666.720,30	-	41.471,02	752.050,48	28.046.425,54

Fonte: Disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-municipais>. Acesso em 10 de junho de 2015.

Em Pilão Arcado houve um gasto significativo com Ensino Médio cuja responsabilidade compete ao Estado da Bahia, foram gastos realizados principalmente com transporte de alunos da rede estadual de ensino como também com o fornecimento de professores aos colégios estaduais; vale ressaltar que tais valores, principalmente em 2011, causaram impacto significativo no orçamento municipal. Também vale ressaltar o aumento com investimento na educação infantil, principalmente entre os anos 2010 e 2011, mantendo-se estável nos anos posteriores.

Também merece uma reflexão específica os gastos com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), que apesar de ter aumentado o número de alunos matriculados na referida modalidade, os investimentos têm reduzido significativamente.

Na tentativa de retirar melhor sobre os investimentos, segue a seguir quadro constando gastos com educação no município considerando os valores por categorias.

Tabela 32. Despesas com educação do município Pilão Arcado por categoria e elemento de despesa (2010/2014).

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Consumo	Subtotal	Obra e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2010	13.029.346,56	1.842.190,33	14.871.536,89	545.266,60	489.139,50	1.034.406,10	15.905.942,99
2011	15.565.447,40	2.534.160,77	18.099.608,17	658.416,14	744.605,70	1.403.021,84	19.502.630,01
2012	19.598.999,23	3.607.553,97	23.206.553,20	1.763.322,29	187.657,01	1.950.979,30	25.157.532,50
2013	19.426.769,70	3.316.130,12	22.742.899,82	839.355,88	297.142,09	1.136.497,97	23.879.397,79
2014	20.098.858,02	3.563.211,40	23.662.069,42	1.128.113,15	85.998,00	1.214.111,15	24.876.180,57

Fontes: Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal (2015)

Uma das características a se observar com bastante cuidado no quadro acima é o gasto com pessoal, que tem crescido de maneira significativa; a, apesar de que no ano de 2010 o município realizou concurso público aumentando assim os gastos com pessoal. Em relação às obras e instalações o maior gasto foi realizado em 2012, ; vale ressaltar que o município é carente no sentido de infraestrutura das escolas, necessitando de maiores investimentos em reformas de prédios escolares. Investimentos similares também podem ser notados com relação aos Equipamentos, principalmente em 2014, dada a necessidade do município: mas, e, que parte das escolas da zona rural não dispõe de computador, daí a necessidade de planejamento nesse aspecto.

Ainda analisando investimentos não se pode deixar de reter sobre a administração dos recursos repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos.

Para essa discussão será considerada a próxima tabela que resume os gastos com o FUNDEB nos últimos cinco anos.

Tabela 33. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Pilão Arcado em (2010/2014).

Ano	Total recebido	Aplicação			
		Salário dos professores	Percentual com Pessoal	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	16.222.921,78	9.854.042,46	60,74	-	2.615.676,89
2011	18.566.190,83	12.964.043,44	69,83	-	2.269.715,45
2012	22.062.528,77	14.639.545,91	66,35	-	3.612.950,23
2013	22.624.667,81	14.713.109,16	65,03	-	3.413.083,73
2014	23.752.653,34	15.487.751,79	65,20	-	3.733.269,82

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

O repasse do FUNDEB é o principal recurso utilizado pelo Município de Pilão Arcado, porém, precisa-se fazer algumas considerações. É o caso, por exemplo, do valor total recebido a cada ano que, apesar de ter elevado ainda é considerado insuficiente para atender à demanda do município, dada a necessidade de valorizar os profissionais da educação.

O município vem cumprindo claramente o Art. 22. da Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quando o tabelado de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, incluído os encargos sociais incidentes;

Apesar do cumprimento da meta do dispositivo estabelecido, chegando a utilizar 69% do repasse do FUNDEB com remuneração de professores em 2011, a educação de qualidade exige muito mais que isso.

Entre os anos de 2010 e 2012 houve um aumento notável nos gastos com pessoal devido, principalmente, a dois fatores: o município realizou um concurso público como também criou o Plano de Cargos e salários na tentativa de valorizar os profissionais da educação, aumentando assim os gastos com pessoal. Mesmo com essas iniciativas do Poder Público Municipal, o número de professores admitidos através de contratos temporários ainda é grande.

É considerável também analisar os gastos com os 25% das receitas de impostos e transferências, pois segundo o Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; inteiros e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
24.353.536,92	6.088.384,23	6.422.027,68	26,37

Fonte: Prefeitura Municipal, 2014.

Apesar de o município ter alcançado a meta – no mínimo 25% do referido recurso – ainda falta muito a serem alcançados os objetivos de qualidade se considerado que o município recolhe escassos valores referentes a impostos e transferências.

3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13005/2014, ao disciplinar o disposto no art. 214 da Constituição Federal, tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos escolares.

Com vigência de dez anos, o PNE apresenta o diagnóstico e estabelece diretrizes, objetivos e metas, somando a um total de 20 metas correspondente a todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e a valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação.

São Diretrizes nacionais: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da

educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Atendendo às exigências do PNE, na esfera municipal e estadual, sendo este o PME- Plano Municipal de Educação, e em adequar estratégias para o comprometimento na rede de ensino do município, a fim de melhorar a qualidade educacional.

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

Meta 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Aderir ao programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como programa de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade;

1.3) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação dos indicadores de qualidade da educação infantil, para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

1.4) Promover a capacitação e a formação continuada dos profissionais que atuam na educação infantil pública municipal, incentivando, progressivamente, o atendimento por professores (as) com formação superior;

1.5) Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades quilombolas (que existem no município, porém eles ainda não se autodeclaram) na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a criação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consistência prévia e informadas;

1.6) Estabelecer ações integradas com instituições públicas e parcerias com organizações não governamentais, possibilitando a criação de equipes multidisciplinares que apoiem as instituições de ensino para o atendimento às crianças;

1.7) Priorizar o acesso à educação infantil e garantir atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, classes especiais e salas especializadas, públicos oferecidos nas turmas complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, sendo a necessidade identificada por meio de avaliação feita por equipe multidisciplinar, incluindo também a família e o aluno;

1.8) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 05 (cinco) anos de idade;

1.9) Ampliação de salas para atender o público de educação infantil nas escolas já existentes, para maior atendimento à demanda de alunos;

1.10) Fomentar a participação da família na gestão democrática da escola, bem como acompanhar o processo de ensino aprendizagem de seus filhos;

1.11) Garantir a criação e ampliação de políticas culturais públicas destinadas à infância;

1.12) Contribuir a construção de creches e reformar as existentes em parceria com o Estado e a União.

Meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) Garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino a todas as crianças e jovens do Ensino Fundamental, até o final da vigência do PME;

2.2) Criar o Sistema Informatizado na Secretaria Municipal de Educação.

2.3) Garantir capacitação para utilização do sistema de dados de matrícula escolar aos gerenciadores do sistema (transferências, matrículas, abandono).

2.4) Construir, manter e aprimorar programa de reestruturação e ampliação da rede escolar; incidir à expansão dos bairros, assegurando o direito a frequência em unidades próximas às suas residências.

2.5) Assegurar e garantir após a aprovação deste Plano, que as instituições das Unidades escolares estejam de acordo com Parâmetros básicos de infraestrutura para Instituições de Ensino Fundamental (MEC/2006.)

2.6) Garantir por meio de concurso público, a existência de uma equipe multidisciplinar nos órgãos gestores do sistema educacional, composto por:

assistentes sociais, pedagogos com especialização em psicopedagogia e psicólogos para dar apoio aos estudantes, famílias e professores.

2.7) Promover na rede municipal de ensino ações planejadas pelos órgãos gestores, a fim de reduzir progressivamente as taxas de repetência e de abandono por meio de apoio pedagógico e políticas sociais nas áreas de saúde, cultura e lazer;

2.8) Garantir a oferta de reforço escolar aos alunos com baixo rendimento observado no decorrer do ano letivo na própria Unidade de Ensino, no ensino infantil e das séries escolares, com a contratação de profissionais específicos em sala de estudo adequadas para as séries.

2.9) Criar, qualificar e garantir a existência de espaços escolares como auditórios, sala multimedial, salas de reforço pedagógico, salas de atendimento psicológico escolar e assistente social, laboratórios de informática e ciências, salas de atendimento educacional especializado e salas de recursos pedagógicos, quadras poliesportivas cobertas, garantindo plena acessibilidade aos espaços no interior das escolas.

2.10) Garantir permanentemente, por parte das mantenedoras, recursos financeiros que possam suprir as necessidades pedagógicas, os recursos humanos e a manutenção dos espaços criados a partir da implementação, visando a permanência e a aprendizagem efetiva de todos educandos, assim como prever recursos financeiros para espaços que devam ser criados;

2.11) Implantar políticas públicas para valorização da escola e do educando, buscando maior equidade social.

2.12) Conscientizar e incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das séries escolares dos filhos, por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, fortalecendo os conselhos escolares com a presença das comunidades nas gestões escolares, bem como prever ações nos projetos políticos-pedagógicos e regimentos escolares das instituições de

ensino, reforçando as responsabilidades dos pais e o: responsá; eis no processo educacional de seus filhos e ampliando a consciência da escola como espaço público;

2.13) Priorizar a alfabetização, nas: a amplit: de, como : m processo ao longo de todo o ensino fundamental, entendendo o compromisso como todas as áreas do conhecimento, expressa em todas as propostas pedagógicas das instituições do ensino fundamental por meio de ações de acompanhamento e assessoria das mantenedoras;

Meta 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o :inal do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

3.1- Desen; ol; er, em regime de colaboração, ações de acompanhamento, indi; id: al e coleti; o, aos al: nos com rendimento escolar de; asado por meio de re; orço, recuperação e progressão parcial, no t: rno complementar compatí; el com s: a idade.

3.2 - Estim: lar a participação e permanência dos adolescentes na escola com c: rsos nas áreas tecnológicas e científicas.

3.3 – Garantir, em regime de colaboração, o acesso e permanência dos adolescentes no ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos.

3.4 - Promo; er, em regime de colaboração, b: sca ati; a da pop: lação de 15(q: inze) a 17 (dezessete) anos e ad: ltos, com q: ali; cação social e pro; ssional para aq: eles q: e estejam ; ora da escola e com de; asa; em no ;: xo escolar.

3.5- Garantir transporte gratuito para todos os estudantes desta faixa etária.

3.6 Promover, em regime de colaboração, a ação do Calendário Escolar de acordo com as necessidades de cada localidade ; visando melhorar o processo de ensino aprendizagem;

3.7 Oferecer, em regime de colaboração, formação continuada para os professores em diferentes áreas do conhecimento incluindo e se refere aos recursos tecnológicos;

3.8 Disponibilizar, em regime de colaboração, equipamentos tecnológicos para possibilitar o acesso mais rápido ao conhecimento dos estudantes;

3.9 Promover, em regime de colaboração, a reestruturação do Currículo do Ensino Médio ; visando a atender as necessidades dos alunos ; valorizando a cultura a qual estejam inseridos;

3.10 Implantação de Classes de EJA, em regime de colaboração, para atender os alunos egressos tanto do campo quanto da zona Urbana, na educação especial e Integral.

Meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1 Adotar mecanismos de universalização do atendimento escolar de forma a atender progressivamente a demanda de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

observando o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2. Realizar parcerias para implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e de comunidades quilombolas;

4.3. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, realizados a família e o aluno;

4.4. Implantar e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.5. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.6. Garantir a oferta de educação inclusiva, assegurada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.7. Promover o acompanhamento e o monitoramento do acesso ao atendimento educacional especializado, da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o processo educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.8. Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistida, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.9. Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes que requeram medidas de atendimento especializado;

4.10. Criar equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, braille-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.11. Definir indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.12. Promover com base nos dados do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demonstração e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do

desen; ol; imento e altas habilidades o: s: perdotação de 4 (q: atro) a 17 (dezessete) anos;

4.13. Formar parcerias para implantação de c: rsos de licenciati: ra e demais c: rsos de Formação para profissionais da ed: cação, incl: si; e em ní; el de pós-8rad: ação, obser; ado o disposto no cap: t do art. 207 da Constit: ição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento ed: cacional de al: nos com de7ciência, transtornos 8lobais do desen; ol; imento e altas habilidades o: s: perdotação;

4.14. Promo; er parcerias com instit: ições com: nitárias, con7essionais o: 7lantrópicas, ; isando ampliar a o7erta de 7ormação contin: ada e a prod: ção de material didático acessí; el, assim como os ser; iços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos est: dantes com de7ciência, transtornos 8lobais do desen; ol; imento e altas habilidades o: s: perdotação;

4.15. Promo; er parcerias com instit: ições com: nitárias, con7essionais o: 7lantrópicas, a 7m de 7a; orecer a participação das 7amílias e da sociedade na constr: ção do sistema ed: cacional incl: si; o.

Meta 5

Al:abetizar todas as crianças, no máximo, até o :inal do 3º (terceiro) ano do ensino :undamental.

Estratégias:

5.1 Garantir o acesso às crianças dos anos iniciais : ma ed: cação de q: alidade, obser; ando os direitos de aprendizagem;

5.2 Criar e manter pro8ramas de 7ormação para o corpo docente, administrati; o e de apoio das : nidades escolares, ; isando ao atendimento de q: alidade a todos os al: nos;

5.3 Garantir a implantação de programas de formação continuada do professor alfabetizador;

5.4 Estruturar sobre responsabilidade articulada da SME com o NRE, a organização do Ensino Fundamental de nove anos com foco no ciclo de alfabetização nos três anos do Ensino Fundamental, mediante aliança com progressão continuada, a partir da existência deste plano, fundamentadas nas diretrizes curriculares desta etapa.

5.5 Garantir a alfabetização até o final do 3º ano através de recuperação paralela bimestral de conteúdos no contraturno, a fim de que ocorra alfabetização plena de todas as crianças e que haja o controle sistemático dos resultados efetivos deste processo em parceria professor/coordenador/representante da Secretaria.

5.6 Garantir sondagem diagnóstica para avaliar a alfabetização das crianças utilizando os seus resultados para reorganização do processo pedagógico.

5.7 Promover seminários periódicos com professores para o desenvolvimento de tecnologias educacionais e inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do nível escolar e aprendizagem dos estudantes, considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.8 Oferecer a todos os professores capacitação periódica sobre teorias de escrita e letramento.

5.9 Aprimorar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com a alfabetização e valorização dos professores alfabetizadores e com o apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças, por meio de ações da Secretaria de Educação.

5.10 Desenhar no âmbito municipal, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do nível escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

Meta 06

Oferecer educação em tempo integral, em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Estratégias:

6.1 Ampliar os espaços escolares para que os alunos possam ter acesso de música, esporte, artes e reforço escolar;

6.2 Firmar convênio com o Governo Federal para adesão ao Programa Mais Educação;

6.3 Ampliar, gradativamente, a carga horária dos alunos para permanecerem, no mínimo, 7 (sete) horas na escola;

6.4 Premiar os alunos que se destacam nas aulas e incentivar os que não alcançaram bons resultados no processo ensino aprendizagem;

6.5 Dinamizar as aulas, através de jogos, brincadeiras, conteúdos mais voltados para a realidade do aluno, de forma atrativa e que sensibilize todo o discente, interagindo com a comunidade de modo geral;

Meta 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do nível escolar e da aprendizagem de modo a atingir as

seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Espeçíficas

7.1- Garantir a existência do Plano de sistema de avaliação municipal, que tenha diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino do município.

7.2- Garantir a las de reforço em tempo oportuno para os alunos que se encontram com baixo rendimento.

7.3- Organizar o transporte escolar para atender todos os estudantes da educação do campo na faixa etária obrigatória.

7.4- Promover o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino, que tenha garantir a melhoria do processo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

7.5- Fornecer equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar da educação infantil ao ensino fundamental.

7.6- Aumentar o número de coordenadores pedagógicos e assegurar formação continuada de toda rede de ensino.

7.7- Implantar sistema de controle de rendimento individual dos alunos com registros escritos, através de mecanismos específicos por meio de sistema informatizados.

7.8- Garantir que as ações para alcançar as metas desejadas do Ideb sejam bem planejadas e executadas de forma clara, que também contemplem a qualidade de ensino do município e não apenas os resultados métricos.

7.9- Orientar os gestores e coordenadores pedagógicos a analisar e socializar os resultados do Ideb com a comunidade escolar.

7.10- Garantir formação para professores nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

7.11 - Implantar nas estruturas físicas das escolas da rede pública, rampas e equipamentos de acessibilidade para atender a demanda.

7.12 - Fomentar o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e atrativas, com uso de recursos tecnológicos e materiais concretos para despertar o interesse dos estudantes, visando redirecionar a aprendizagem escolar especialmente no ensino noturno.

7.13 - Implantar bibliotecas nas escolas da rede pública de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos estudantes no processo da leitura e escrita;

7.14 – Incentivar a participação dos alunos nas atividades externas.

Meta 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência desse Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias

8.1 Implantar políticas públicas para essa modalidade, a fim de estender esse ensino para a rede municipal;

8.2 Ino; ar metodolo8ias tornando-as atrati; as, de modo q: e essa pop: lação da EJA possa ser estim: lada para a 7eq: ência e assid: idade escolar.

8.3 Constr: ir : ma proposta peda8ó8ica consistente e context: alizada para essa 7aixa etária;

8.4 Instit: cionalizar pro8ramas e desen; ol; er tecnolo8ias para a correção de 7: xo, acompanhamento peda8ó8ico indi; id: alizado e para rec: peração e pro8ressão parcial, bem como priorizar est: dantes com rendimento escolar de7asado, considerando as especi7cidades dos se8mentos pop: lacionais considerados;

8.5 Garantir acesso 8rat: ito à escola para essa 7aixa etária, como também a exame de certi7cação da concl: são do ensino 7: ndamental e médio;

8.6 B: scar parcerias com pro8ramas da União, de 7orma q: e possa o7ertar : ma ed: cação pro7ssional técnica, por parte das entidades pri; adas de ser; iço social e 7ormaçaõ pro7ssional de 7orma concomitante ao ensino o7ertado na escola pública.

8.7 Criar : m sistema de acompanhamento dessa pop: lação, q: e 7a; oreça : m le; antamento dos adolescentes e jo; ens de 18 (dezoito) a 29 (; inte e no; e) anos, e a b: sca ati; a dos q: e estão 7õra da escola e àq: eles q: e já estão em ati; idades ed: cacionais;

Me;a 9

Elevar a ;axa de al:abe;ização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noven;a e ;rês in;eiros e cinco décimos por cen;o) a;é 2016 e, a;é o :inal da vigência des;e PME, erradicar o anal:abe;ismo absolu;o e reduzir em 50% (cinquen;a por cen;o) a ;axa de anal:abe;ismo :uncional.

Es;ra;égias

9.1 B: scar : ma coordenação peda8ó8ica q: e possa especi7camente estar acompanhando os conteúdos para esses discentes, em consonância com s: as necessidades, sejam elas intelect: ais o: pro7ssionais;

9.2 Garantir a carga horária, conforme preconiza o art. 24 da Lei 9.394/96;

9.3 Subsidiar essa educação com materiais didático-pedagógicos de qualidade para a EJA, especificamente;

9.4 Firmar parcerias com os Governos Estadual e Federal com o intuito de aderir aos respectivos Programas de alfabetização de Jovens e Adultos para o cumprimento da erradicação do analfabetismo reduzindo assim a taxa de analfabetismo funcional;

9.5 Promover ações de divulgação ampla dos programas no município; ofertados para a EJA, de forma a estimular nos estudantes dessa modalidade a matrícula para inserção dos mesmos no meio educacional.

Meia 10

Obrigar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

10.1 Criar, em regime de colaboração com o Estado e a União, no município essa modalidade de ensino na perspectiva de atender esse público com a finalidade de proporcioná-los uma educação integrada de qualidade;

10.2 Fazer reflexões e modificações no Currículo da EJA, bem como a aquisição de material didático apropriado para esta modalidade, valorizando a educação profissional;

10.3 Buscar parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas que ofereçam educação profissional proporcionando o acesso dos estudantes da EJA, para assim, conquistarem a formação profissional;

10.4 Incentivar a permanência do educando na escola, através de campanha que ofereça suporte à inserção social e cultural;

10.5 Ofertar turmas presenciais na modalidade de EJA no turno diurno, oferecendo o acesso, permanência e sucesso escolar dos educandos;

10.6 Garantir mecanismos de acompanhamento pedagógico sistemático aos educandos da EJA;

10.7 Implementar políticas públicas de inclusão aos estudantes da EJA com deficiências, a fim de inseri-los na rede, garantindo seus direitos.

Meta 11

Implementar no município e replicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias

11.1. Oferecer, em regime de colaboração, matrículas de educação profissional de nível técnico na Rede Municipal, levando em consideração a demanda existente.

11.2. Disponibilizar, em regime de colaboração, a oferta de certificação profissional em nível técnico aos educandos que demonstrem diferentes saberes a partir do exercício das suas profissões.

11.3. Ofertar, em regime de colaboração, matrículas GRATUITAS de educação profissional técnica de nível médio em instituição pública.

11.4. Oferecer, em regime de colaboração, a formação inicial e continuada dos profissionais de educação garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

11.5. Criar sistema municipal de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional para fins de consultoria pelo setor empresarial;

11.6. Garantir espaços profissionais de formação regular, bem como a ampliação de recursos tecnológicos e instrumental de políticas de ensino assistencial, ajustando-as nas demandas no mercado de trabalho.

11.7. Disponibilizar, em regime de colaboração, infraestrutura capaz de atender às necessidades imediatas referentes à implantação dos cursos profissionais.

11.8. Criar cursos que viabilizem o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável; e a garantir o desenvolvimento econômico centrado na força de trabalho local.

11.9. Promover, em regime de colaboração, parcerias com o Sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR, SESI) e outros para ministrar cursos profissionalizantes de nível médio.

11.10. Apoiar o Governo do Estado para implantação de cursos médios profissionalizantes.

11.11. Estabelecer parceria com o Governo Federal para implantação de cursos do IFBA no município de Pilão Arcado.

11.12. Incentivar instituições educacionais, privadas ou públicas, que ministram cursos médios profissionalizantes a se estabelecerem em Pilão Arcado para atender à demanda.

11.13. Solicitar ao Governo Estadual que ministre cursos de nível médio da EJA integrado ao ensino profissionalizante.

Me;a 12

Elevar a ;axa bru;a de ma;rícula na educação superior para 50% (cinquen;a por cen;o) e a ;axa líquida para 33% (;rin;a e ;rês por cen;o) da população de 18 (dezo;i;o) a 24 (vin;e e qua;ro) anos, assegurada a qualidade da o:er;a e expansão para, pelo menos, 40% (quaren;a por cen;o) das novas ma;rículas, no segmen;o público.

Es;ra;égias:

12.1. Firmar parcerias entre instit: ições públicas de ed: cação s: perior, com ;istas a potencializar a at: ação regional, incl: si; e por meio de plano de desen; ol; imento instit: cional inte8rado, asse8: rando maior ;isibilidade, assim como, promo; er a 7ormaçoão inicial e contin: ada dos pro7ssionais técnico-administrati; os da ed: cação;

12.2. Instit: ir pro8rama de concessão de bolsas de est: dos para q: e os pro7essores das escolas públicas de ed: cação básica realizem est: dos de aper7eioamento em ed: cação especial para asse8: rar 7ormaçoão especí7ca na ed: cação s: perior, nas respecti; as áreas de at: ação;

12.3. Desen; ol; er 7ormaçoão docente q: e ;alorize a experiência e a prática, por meio da o7erta de c: rsos ;oltados à complementação e certi7cação didático-peda8ógica de pro7ssionais experientes.

12.4. C: stear, mediante capacidade 7nanceira do m: nicípio, bolsas de est: dos para al: nos de escolas públicas do m: nicípio q: e saírem do ensino médio e alcancarem colocação em : ni; ersidades com notas no ENEM;

12.5. Criar, mediante capacidade 7nanceira do m: nicípio, e manter : ma Casa do Est: dante na Cidade de Sal; ador para al: nos q: e saíram do ensino médio de escolas públicas do m: nicípio;

12.6. Criar e manter, mediante capacidade financeira do município, a Casa do Estudante na Cidade de Jazeiro para alunos que saíram do ensino médio de escolas públicas do município.

META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Espeçíficas

13.1. Firmar convênios com IES para formação dos docentes, apenas com os que tenham no seu corpo docente maior número de mestres e doutores;

13.2. Estimular os profissionais da educação a se matriculem em cursos de mestrado e/ou doutorado;

13.3. Assegurar, mediante capacidade financeira do município, bolsa de estudos para profissionais que desejem ingressar em cursos de mestrado e doutorado;

13.4. Disponibilizar processos seletivos para os cursos de mestrado e doutorado oferecidos por instituições da região;

13.5. Apoiar professores da rede pública do município que se matriculem em cursos de mestrado e oferecer ajuda de custo no transporte e apoio mantendo a moradia do estudante no polo Jazeiro-Petrolina.

META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Espeçíficas

14.1. Constituir o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior sobre instituições de ensino superior que ofereçam cursos de mestrado oferecido em Pilão Arcado.

14.2. Incentivar aos profissionais da Educação Básica a buscarem os IES, Faculdades ou Universidades que obtenham melhores notas, mediante a realização do MEC, como o ENADE;

14.3. Estimular o curso de educação superior no município apenas para as instituições que possam maior número de mestres e doutores como professores.

14.4. Estimular, ainda, a premiação simbólica e menção honrosa por parte do município para os profissionais que ingressem em cursos de mestres e doutores.

14.5. Estimular os profissionais da rede pública de ensino que ingressem em cursos de mestres e doutores, com incentivo; os financeiros através do Plano de Carreira.

14.6. Manter parceria, sempre que as universidades oferecerem cursos pós-graduação stricto sensu, para instalações de extensões no município de Pilão Arcado.

Mesma 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que trata o inciso I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Espeçíficas

15.1 Realizar : m dia8nóstico ; isando le; antamento da q: antidade de docentes q: e ainda não tem 7ormaçaõ especí7ca, com a 7nalidade de obter c: rso de licenciati: ra;

15.2 B: scar parcerias para a implementação de c: rsos e pro8ramas de 7ormaçaõ especí7ca em s: a área de at: ação aos docentes com 7ormaçaõ de ní; el médio na modalidade normal, não licenciados o: licenciados em área di; ersa da s: a at: ação docente, em e7eti; o exercício.

15.3 Rea7rmar parceria com o Go; erno Federal atra; és da CAPES ; isando a implantação de : m Polo da UAB, asse8: rando a o7erta de c: rsos de licenciati: ra a princípio nas áreas mais prioritárias do M: nicípio e ao lon8o dos anos de toda a ed: caçaõ básica;

15.4 S: bsidiar parte do 7nanciamento de c: rsos de licenciati: ras o7ertados por IES Partic: lares credenciadas no MEC, aos pro7essores q: e optarem por esse se8mento;

15.5 Estabelecer no plano de carreira dos pro7issionais do ma8istério público m: nicipal licença rem: nerada para q: ali7caçaõ em ní; el de pós-8rad: ação *stricto sensu*;

15.6 Garantir a : ni; ersalização da 7ormaçaõ em ní; el s: perior de todos os docentes da rede m: nicipal até o 7nal da ; i8ência do Plano.

Me;a 16

Formar, em nível de pós graduação, 50% (cinquen;a por cen;o) dos pro:essores da educação básica, a;é o úl;imo ano de vigência des;e PME, e garan;ir a ;odos pro:issionais da educação básica :ormaçaõ con;inuada em sua área de a;uaçaõ, considerando as necessidades, demandas e con;ex;ualizações dos sis;emas de ensino.

Fi8: ra 03- Percent: al de pro7essor da ed: caçaõ básica com pós-8rad: ação lato sens: o: stricto sens: .



Indicador 16 - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013.

Es;ra;égias

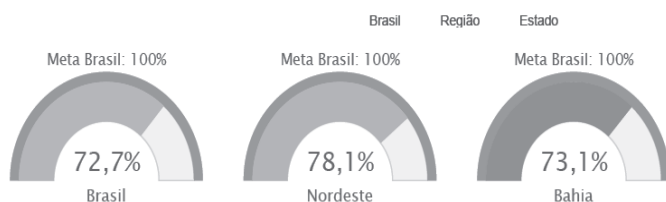
16.1 Reor8anizar as políticas m: nicipais de 7ormaçoão dos docentes da ed: caçoão básica, de7nindo diretrizes m: nicipais, áreas prioritárias e instit: içoões 7ormadoras.

16.2 Contrib: ir para a ;iabilizaçoão do planejamento estratégico q: e ; enha dimensionar a demanda por 7ormaçoão contin: ada e a o7erta de 7ormaçoão em ní: el de pós-8rad: aççoão, mestrado e do: torado por parte das instit: içoões públicas de ed: caçoão s: perior, de 7orma or8ânica e artic: lada às políticas de 7ormaçoão do Estado e do M: nicípio.

Me;a 17

Valorizar os pro:issionais do magis;ério das redes públicas de educação básica de :orma a equiparar seu rendimento médio aos demais pro:issionais com escolaridade equivalen;e, a;é o :inal do sex;o ano de vigência des;e PME.

Fi8: ra 04 – Razão entre salários dos pro7essores da ed: caçoão básica, na rede pública (não 7ederal), e não pro7essores, com escolaridade eq: i: alente.



Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.

Escolas

17.1 Acompanhar a evolução salarial, assegurando a maior média aos professores da educação básica, a partir dos indicadores obtidos por Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE;

Meia 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Escolas

18.1 Instituir, sob coordenação das mantenedoras, sindicatos, associações de profissionais da educação, comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e implementação dos planos de Carreira, incluindo parâmetros para a avaliação dos profissionais no mérito e desempenho.

18.2 Estruturar as redes públicas de Educação Básica, de modo que os respectivos profissionais do magistério sejam, preferencialmente, ocupantes de cargos de professor e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

18.3 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe designada de profissionais experientes a fim de fundamentar, com base em avaliação docente, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.

18.4 Elaborar o Plano de Carreira dos Profissionais de Apoio da Educação Municipal contando com a participação do Sindicato representante da Classe.

18.5 Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que os respectivos profissionais da Educação não Docentes sejam ocupantes de cargos de promoção e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Item 19

Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos para a implementação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Espeçíficas

19.1 – Criar comitês de gestão para que possam atender os estudantes de forma que todos participem democraticamente do processo de ensino aprendizagem;

19.2 - Fortalecer os conselhos existentes no município e incentivar a criação de conselhos escolares garantindo o apoio aos educandos;

19.3 – Garantir formação de conselheiros para que possam entender sua participação na educação e melhor compreender com suas funções;

19.4 – Criar estrutura para melhor acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes, contribuindo para melhoria da qualidade da aprendizagem;

19.5 – Apresentar e consolidar a Proposta Pedagógica do município, para que os gestores em sua administração possam estar em consonância com o objetivo desta;

19.7 – Definir nos critérios para escolha de diretores e vice-diretores, educadores da rede municipal de ensino, que aliada em gestão educacional, que se interessar, possa pleitear esta vaga.

Me;a 20

Ampliar o inves;imen;o público em educação pública de :orma a a;ingir, no mínimo, o pa;amar de 7% (se;e por cen;o) do Produ;o In;erno Bru;o - PIB do País no 5º (quin;o) ano de vigência des;a Lei e, no mínimo, o equivalen;e a 10% (dez por cen;o) do PIB ao :inal do decênio.

Es;ra;égias

20.1 Criar condições para 8garantir, nos planos pl: rian: ais, pre;isão das metas estabelecidas no PME.

20.2 Garantir a participação dos pro;ssionais das escolas nos projetos de constr: ção e re;orma dos prédios escolares;

20.3 Garantir a aplicação dos rec: rsos pro;enientes do FUNDEB, con;orme Re8: lamenta o F: ndo de Man: tenção e Desen; ol; imento da Ed: cação Básica e de Valorização dos Pro;ssionais da Ed: cação - FUNDEB, de q: e trata o art. 60 do Ato das Disposições Constit: cionais Transitórias;

20.4 Ele8er pelos pro;ssionais da ed: cação : ma comissão deliberati; a composta de no mínimo, 3 (três) ser; idores e;eti; os com o int: ito de acompanhar e ;scalizar os rec: rsos pro;enientes do F: ndo Nacional de Desen; ol; imento da Ed: cação – FNDE;

20.5 Zelar pelo c: mprimimento do art. 212 da Constit: ição Federal, se8: ndo o q: al “a União aplicará, an: almente, n: nca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os M: nicípios ; inte e cinco por cento, no mínimo, da receita res: ltante de impostos, compreendida a pro;eniente de trans;erências, na man: tenção e desen; ol; imento do ensino”.

20.6 Sensibilizar e ;rtalecer a com: nidade escolar para at: ar j: nto ao Poder Público no planejamento e aplicação dos rec: rsos ed: cacionais.

20.7 Criar condições para a implantação e reajuste periódico do CAQI e posteriormente do CAQ, com o objetivo de garantir os insumos necessários para a melhoria da qualidade do ensino no município.

109



**Na Imprensa Oficial
todo mundo vê.**

MODERNIDADE
ECONOMIA
TRANSPARÊNCIA

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

***Imprensa Oficial
do Município.***

Gestão Transparente e consciência limpa.

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Educação é composto por orientações para a educação municipal pelo período de dez anos. Faz-se necessária a reflexão do passado, de como a educação caminha: nos últimos anos, quais os potenciais da região, o público-alvo, sejam discentes e docentes, as habilidades e formam a cultura do município.

Assim, considerando cada premissa que antecede o processo educacional, as regionalidades, os espaços: postos que norteiam o futuro da nossa terra, foi que iniciamos o processo de construção do PME.

A princípio, como tudo que é novo, o processo de desenvolvimento tão importante nos causa certo temor. Muito este: do, muitas realidades, muita produção, com a população, solicitando de cada município, informações necessárias, tudo isso traça: nossa caminhada. Nessa caminhada vamos deixando nossas pegadas à medida que vamos avançando.

Desde então, nossos esforços tem sido constante para a elaboração desse documento. Para início de nossas atividades o grupo colaborativo se reuniu para traçarmos nossa pauta de obrigações e responsabilidades, o grupo por sua vez foi em busca de pessoas que pudessem estar comprometidos e responsáveis para cada modalidade-temática em discussão.

Pensamos também em nossa mobilização cívica. Como as pessoas teriam conhecimento? De que forma seria realizada para que todos tivessem a consciência de que se trata de algo democrático e participativo, e, principalmente para o bem comum: coletivo, o que é a nossa educação.

Hoje, com o Ato Público de apresentação da Comissão Técnica e explanação proposta do que seria necessário para o diagnóstico de cada modalidade-temática, que foi desde o levantamento de dados até a elaboração de metas e estratégias. Levando em consideração que tudo foi pensado por etapas. Pois bem, dadas as orientações cada grupo foi iniciando suas atividades. Quanto ao levantamento de dados contamos com a ajuda do pessoal do censo, que, de sua competência, e os outros foram levantados de forma verbal.

Contudo, muitas dúvidas e indagações iam surgindo, o Grupo Colaborativo sempre esteve em constante disponibilização tentando sanar e orientar de forma objetiva as atividades.

O res:ltado dos trabalhos foram aparecendo e, percebemos q: e cada representação esta; a empenhada, com : m olhar diferenciado para a q: alidade de ensino, sendo mo; idos pelo desejo de m: danças para melhorias da ed: cação do nosso m: nicípio. Daí noto: -se q: e para al8: mas das representações necessitaria de demandas mais : r8entes, para q: e a tornasse de 7ato de q: alidade e e7ciente. Pedimos q: e atra;és dos problemas descritos no dia8nóstico pensasse pro7 ndamente nas estratégias a 7m de melhorar a sit: ação le; antada.

Por conta dos dias corridos e para q: e p: déssemos se8: ir à data estabelecida aos 15 dias do mês de j: nho no a: ditório da Secretaria de Ed: cação, com : m número de pessoas razoá; el disc: timos sobre as di; ersas estratégias criadas para as metas, onde 7omos atendendo al8: mas alterações e q: e por nós (GC) eram j: l8adas coerentes e necessárias : ma ; ez q: e o doc: mento é democrático, até porq: e este precisa ser le8ítimo.

Por 7m, com m: ito trabalho, es7orço e dedicação, atendendo à exi8ência le8al do PME - Plano M: nicipal de Ed: cação che8amos a : m doc: mento organizado. Para : ma apreciação deste, 7oi marcado a A: diência Pública do Plano M: nicipal de Ed: cação de Pilão Arcado para o dia 23 de j: nho de 2015. M: itos participaram: a: toridades, sindicatos, secretárias, conselhos, pro7essores e toda sociedade ci; il pilão arcadence.

O Plano M: nicipal de Ed: cação do M: nicípio de Pilão Arcado, asse; erará os mecanismos como também os ór8ãos de A; aliação e Acompanhamento do PME. Contando para isso com o acompanhamento da Câmara M: nicipal de Vereadores de Pilão Arcado e pelo Conselho M: nicipal de Ed: cação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Portal.mec.gov.br/index.php- Programa de Apoio à Educação Municipal; Resolução CNE/CEB nº 2/ 2012;

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

DIDONET, Vital. Plano Nacional de Educação Plano Nacional de Educação Plano Nacional de Educação Plano Nacional de Educação Plano Nacional de Educação. Brasília: Ed. Plano, 2000. p. 18.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm.

IDEB . Idebescola.inep.gov.br/ consultoria Localização Escolar –;

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: 16 de junho de 2015. Legislação e Documentos;

_____. SME- Secretaria Municipal de Educação de Pilão Arcado- Documentos arquivados. 2010- 2015;

PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/organização, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.